



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, outubro/2006

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Carlos Kawall Leal Ferreira

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Paulo Fontoura Valle

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 12, n. 9, setembro 2006. 39 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 459,1 milhões em setembro, contra R\$ 6,4 bilhões em agosto. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 9,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 8,6 bilhões e R\$ 39,1 milhões, respectivamente. O déficit da Previdência Social no mês inclui o adiantamento de metade do 13º salário concedido a aposentados e pensionistas, sem correspondência em outros períodos da série, o que explica a performance significativamente pior do RGPS, em setembro, e o crescimento de R\$ 5,9 bilhões em benefícios pagos, comparativamente a agosto. Em contrapartida, o Tesouro Nacional manteve performance próxima a dos meses anteriores, contribuindo para que as contas públicas do Governo Central se mantivessem superavitárias.

Em setembro, o resultado do Governo Central foi fortemente influenciado pela antecipação de metade do 13º salário dos beneficiários da Previdência Social.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	AGO	SET	JAN-SET	
	2006	2006	2005	2006
I. RECEITA TOTAL	45.405,3	44.716,8	351.306,9	396.141,3
I.1. Receitas do Tesouro	35.271,5	34.186,8	275.028,1	309.673,0
I.1.1. Receita Bruta (1)	36.092,2	36.163,2	285.386,9	317.837,7
I.1.2. (-) Restituições	-820,7	-1.976,4	-10.358,9	-8.164,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	10.020,3	10.419,9	75.204,3	85.400,1
I.3. Receitas do Banco Central	113,5	110,1	1.074,5	1.068,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.777,6	6.749,3	60.122,6	67.683,7
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	37.627,7	37.967,5	291.184,3	328.457,5
IV. DESPESA TOTAL	31.261,8	37.508,4	241.489,7	280.180,7
IV.1. Despesas do Tesouro	18.005,3	18.372,8	140.489,8	159.474,6
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	7.790,5	8.482,9	66.367,2	74.422,5
IV.1.2. Custeio e Capital	10.161,4	9.839,8	73.676,0	84.594,2
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.835,0	1.465,2	8.688,0	10.867,0
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	233,3	-270,2	5.013,0	4.831,7
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.028,4	1.026,9	6.726,4	8.536,5
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.064,7	7.617,9	53.248,6	60.359,0
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	53,5	50,1	446,6	458,0
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	13.120,7	18.986,5	99.701,8	119.480,3
IV.3. Despesas do Banco Central	135,8	149,2	1.298,0	1.225,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	6.365,8	459,1	49.694,6	48.276,8
V.1. Tesouro Nacional	9.488,5	9.064,7	74.415,6	82.514,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.100,4	-8.566,6	-24.497,5	-34.080,2
V.3. Banco Central (4)	-22,3	-39,1	-223,5	-157,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,51%	3,17%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

As receitas do Tesouro (líquidas de restituições) caíram R\$ 1,1 bilhão (3,1%) relativamente a agosto. De um lado, houve crescimento em impostos (R\$ 1,5 bilhão) e contribuições (R\$ 1,2 bilhão) – devido a fatores sazonais e à arrecadação de débitos em atraso – e na cota-parte de compensações financeiras

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO JAN-SET: %		
DISCRIMINAÇÃO	2005/2004	2006/2005
Receitas	16,0%	12,8%
Tesouro	16,0%	12,6%
Previdência	15,7%	13,6%
Transferências	22,0%	12,6%
Receita Líquida	14,8%	12,8%
Despesas	16,1%	16,0%
Benefícios	16,8%	19,8%
Pessoal	12,0%	12,1%
Custeio e Capital	18,8%	14,8%
PIB estimado	9,9%	7,6%

Em contrapartida, o Tesouro Nacional manteve performance próxima a dos meses anteriores, contribuindo para que as contas públicas do Governo Central se mantivessem superavitárias.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Tesouro Nacional	5,26%	5,42%
Previdência Social	-1,73%	-2,24%
Banco Central	-0,02%	-0,01%
Governo Central	3,51%	3,17%

O pagamento de débitos em atraso, em conformidade com a Medida Provisória nº 303/2006, contribuiu para aumento da receita de setembro em cerca de R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 1,2 bilhão ao Tesouro Nacional e R\$ 324,3 milhões à Previdência Social.

– *royalties* (R\$ 390,1 milhões), em decorrência de reavaliação da produtividade de alguns poços de petróleo. Por outro lado, a receita foi afetada pelo aumento das restituições de tributos (de R\$ 820,7 milhões, em agosto, para R\$ 2,0 bilhão, no mês em análise), e pela não ocorrência do recolhimento de dividendos na mesma magnitude do mês anterior, quando as empresas estatais repassaram R\$ 3,3 bilhões ao Tesouro Nacional (em setembro, os dividendos somaram apenas R\$ 3,4 milhões). As transferências a estados e municípios caíram R\$ 1,0 bilhão no mês (13,2%), sobretudo devido à sazonalidade do repasse da cota-parte de compensações financeiras. Por sua vez, as despesas do Tesouro cresceram R\$ 367,4 milhões (2,0%), com destaque para o aumento em pessoal e encargos sociais (R\$ 692,4 milhões), devido às reestruturações de carreiras do funcionalismo público, e outras despesas de custeio e capital (R\$ 553,2 milhões), em linha com a programação financeira do mês. Esse crescimento nas despesas, contudo, foi parcialmente compensado pela redução das despesas do FAT (R\$ 369,8 milhões), devido ao calendário de pagamento do abono salarial, e de subsídios e subvenções econômicas (R\$ 503,5 milhões), especialmente em função de ingressos de recursos do Fundo Nacional e Desenvolvimento (FND).

No ano, o superávit do Governo Central foi de R\$ 48,3 bilhões, o equivalente a cerca de 3,17% do PIB estimado, contra R\$ 49,7 bilhões no mesmo período do ano passado, ou cerca de 3,51% do PIB.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Receita Total	24,81%	26,00%
Transferências	4,25%	4,44%
Receita Líquida	20,57%	21,56%
Despesa Total	17,06%	18,39%
Resultado Primário	3,51%	3,17%

O crescimento das receitas tributárias do Governo Central decorre sobretudo da implementação de medidas para recuperação de créditos e do desempenho econômico dos setores de petróleo e minerais não metálicos.

A receita do Governo Central tem crescido relativamente menos este ano (12,8%, contra 16,0% até setembro de 2005), porém acima do crescimento estimado para o PIB do período (7,6%). De um lado, as medidas que o governo vem adotando desde o ano passado para estimular o investimento produtivo (tais como estímulo à poupança de longo prazo, redução de impostos às famílias, redução de tributos sobre a cesta básica, e outras direcionadas a pequenas e médias empresas) têm contribuído para redução da arrecadação de alguns tributos, sobretudo do IPI. No entanto, o desempenho de alguns setores da economia, em especial petróleo e minerais não metálicos, tem elevado a capacidade arrecadatória do Estado. Com efeito, o crescimento das receitas provenientes desses dois setores (IRPJ, CSLL, dividendos da Petrobras, *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural) explica boa parte do comportamento da arrecadação em 2006. Além disso, este ano houve a retomada do pagamento regular do IRPJ por parte de algumas instituições financeiras que, em 2005, estavam com demanda judicial relativa ao IRPJ; houve aumento no pagamento de dividendos das demais empresas em que a União possui participação acionária, com destaque para as empresas financeiras (Banco do Brasil, Caixa e BNDES); a Medida Provisória nº 303/2006 propiciou a arrecadação de débitos em atraso, sem correspondência no ano passado; o IPI-automóveis cresceu devido ao maior

volume de vendas ao mercado interno; o IRPF cresceu em virtude da melhoria na renda dos trabalhadores; e houve transferência dos recursos da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE) ao Tesouro Nacional (R\$ 799,9 milhões), sem equivalência no ano passado. Por fim, as receitas da Previdência Social também apresentam desempenho positivo este ano, com crescimento de 13,6% em relação a igual período de 2005. O repasse de 60% da arrecadação do Simples para o RGPS (contra 40% em 2005) explica boa parte desse comportamento. Além disso, houve melhora no mercado formal de trabalho, especialmente pela elevação do nível de emprego dos setores de serviço, indústria de transformação e construção civil, e pelo aumento da massa salarial acima do IPCA.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 67,7 bilhões no ano, cerca de 4,44% do PIB, contra R\$ 60,1 bilhões, ou 4,25% do PIB, em igual período do ano passado. Contribuiu para o crescimento observado a arrecadação do Imposto de Renda, que tem crescido de maneira relativamente mais forte do que os demais impostos, e o repasse da cota-parte das compensações financeiras. Nesse último caso, foram R\$ 8,4 bilhões até setembro, R\$ 1,6 bilhão (22,5%) acima do que foi repassado até setembro de 2005.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 159,5 bilhões, contra R\$ 140,5 bilhões no mesmo período do ano anterior, aumento de R\$ 19,0 bilhões (13,5%). Como proporção do PIB, houve aumento de 0,55 ponto percentual, parte relacionada à folha de pagamentos da União (0,20 ponto percentual) e parte às despesas de custeio e capital (0,35 ponto percentual). Em termos nominais, as despesas com pessoal e encargos sociais e com custeio e capital cresceram R\$ 8,1 bilhões (12,1%) e R\$ 10,9 bilhões (14,8%), respectivamente. Com respeito a essas últimas, destaque para o incremento das despesas com seguro-desemprego e demais despesas do FAT, em R\$ 2,2 bilhões (25,1%), e dos benefícios da LOAS/RMV, em R\$ 1,8 bilhão (26,9%). Por outro lado, as outras despesas de custeio e capital cresceram em ritmo menos acentuado (13,4%), apesar do crescimento substancial nas áreas sociais.

Por sua vez, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 119,5 bilhões até setembro, R\$ 19,8 bilhões (19,8%) acima do verificado em igual período de 2005. Contribuíram para isso o aumento de R\$ 67,30 (13,8%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário-mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso. Além disso, houve elevação de 483,6 mil (2,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Por fim, o Decreto nº 5.756, de 13/04/2006, estabeleceu a antecipação para agosto, com impacto financeiro em setembro, de metade do pagamento do abono anual dos segurados e dependentes da Previdência (equivalente à gratificação de Natal dos trabalhadores).

A arrecadação do RGPS aumentou 13,6% este ano devido à melhoria no mercado de trabalho formal e ao aumento da participação da Previdência sobre as receitas do Simples de 40 para 60% a partir de 1º de janeiro de 2006, conforme Lei nº 11.307/2006.

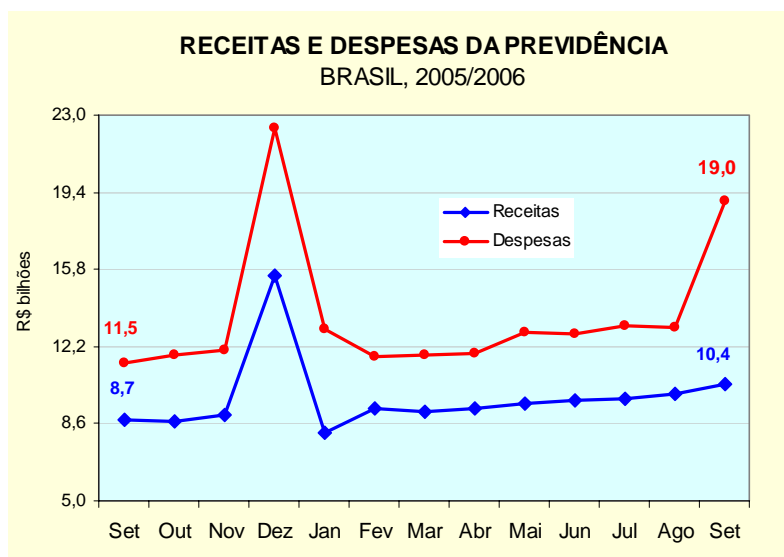
**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, MÉDIA JAN-SET**

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Quantidade Total*	23,4	24,0	2,8%
Quantidade RGPS*	20,7	21,2	2,3%
Valor médio Total**	464,0	528,5	13,9%
Valor médio RGPS**	486,9	554,2	13,8%

(*) em milhões

(**) em R\$ 1,00

O Déficit da Previdência Social (RGPS) aumentou significativamente em setembro devido à antecipação de metade do 13º salário. No ano, o aumento das despesas com benefícios previdenciários tem suplantado as contribuições, apesar do crescimento da massa salarial acima do IPCA e do repasse do simples.



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional somou R\$ 36,2 bilhões em setembro, com pequena elevação de R\$ 71,0 milhões (0,2%) em relação ao mês anterior. Embora praticamente estável, há que se destacar a existência dos seguintes efeitos sazonais: i) arrecadação de débitos em atraso, nos moldes previstos pela MP nº 303/2006, no valor de R\$ 1,2 bilhão; ii) arrecadação extra relativa a rendimentos remetidos a residentes ou domiciliados no exterior, no valor de R\$ 326,0 milhões; e iii) pagamento, em setembro, da primeira cota ou cotatúnica do ITR referente ao ano calendário de 2005, no total de R\$ 183,0 milhões.

Em termos absolutos, as principais variações foram observadas na arrecadação do IR (acrécimo de R\$ 1,2 bilhão ou 12,5%), da CSLL (elevação de R\$ 440,9 milhões ou 23,2%) e do IPI (aumento de R\$ 350,4 milhões ou 14,5%). O volume de restituições alcançou R\$ 2,0 bilhões, 140,8% superior ao montante repassado no mês anterior.

As demais receitas apresentaram queda da ordem de R\$ 2,6 bilhões, tendo as receitas com dividendos e concessões se reduzido em R\$ 3,2 bilhões e R\$ 66,2 milhões, respectivamente. Os demais componentes desse grupo de receitas apresentaram elevação, com destaque para a cota parte de compensações, a qual foi positivamente afetada pelo pagamento extra de *royalties* relativos à extração de petróleo no valor de R\$ 426,0 milhões, em decorrência da reavaliação da produtividade de alguns dos poços em atividade.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/06	SET/06
Impostos	13.873,6	15.378,2
Imposto de Renda	9.749,3	10.963,2
IPI	2.422,4	2.772,8
Outros	1.702,0	1.642,2
Contribuições	15.969,8	17.151,2
Cofins	8.037,5	8.372,6
CPMF	2.604,2	2.836,7
CSLL	1.896,6	2.337,5
Cide - Combustíveis	637,7	702,0
Outras	2.793,8	2.902,5
Demais	6.248,8	3.633,7
Cota parte	926,5	1.316,6
Diretamente Arrecadada	1.117,4	1.309,9
Dividendos da União	3.253,2	3,4
Pagamento Unificado ²	-	-
Outras	951,8	1.003,9
Total Bruto	36.092,2	36.163,2

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

² Pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

No acumulado de 2006, a receita bruta do Tesouro foi equivalente a 20,9% do PIB, acréscimo de 0,71 ponto percentual, em relação à proporção verificada no mesmo período de 2005 (20,2% do PIB).

Em termos nominais, no acumulado dos nove primeiros meses de 2006, a receita bruta totalizou R\$ 317,8 bilhões contra R\$ 285,4 bilhões no mesmo período de 2005. O acréscimo de R\$ 32,4 bilhões (11,4%) apresenta uma distribuição não uniforme entre impostos, contribuições e demais receitas. Enquanto os dois primeiros cresceram 10,7% e 6,9%, respectivamente, as demais receitas apresentaram elevação de 32,5%.

No que diz respeito a impostos e contribuições, as variações mais relevantes foram verificadas: i) no IPI-Automóveis, em função do aumento de 9,0% no volume de vendas ao mercado interno; ii) no IRPJ e na CSLL, com contribuição significativa dos setores de combustíveis e extração de minerais metálicos. No caso das instituições financeiras, o crescimento observado na arrecadação do IRPJ deve-se à retomada do recolhimento regular por parte das empresas desse setor, as quais discutiam judicialmente o tributo; e iii) no IRPF, em virtude do crescimento da arrecadação da cota de ajuste anual e de acréscimos legais. Por outro lado, houve redução no IPI-Outros, como consequência da redução para zero das alíquotas referentes a bens de capital e a insumos da construção civil.

Já as demais receitas apresentaram crescimento significativo em todos os subgrupos. Destaque para: i) incremento na arrecadação com dividendos (R\$ 5,6 bilhões) pagos por empresas em que a União detém participação acionária, com destaque para o recolhimento de dividendos do BNDES (R\$ 3,0 bilhões), da Petrobras (R\$ 2,3 bilhões), do Banco do Brasil (R\$ 2,3 bilhões) e da Caixa Econômica Federal (R\$ 1,1 bilhão); ii) maior recolhimento da cota-parte de compensações financeiras e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural (R\$ 3,0 bilhões), refletindo, principalmente, os elevados níveis do preço do petróleo no mercado internacional; iii) acréscimo nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 1,8 bilhão), concentrado basicamente no recolhimento da taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações pela Anatel; e iv) incremento de R\$ 671,7 milhões no ingresso decorrente das receitas com concessões, em razão do recolhimento de R\$ 556,4 milhões de bônus de assinatura de contrato de concessão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás, sem correspondência no ano anterior.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 6,7 bilhões em setembro contra R\$ 7,7 bilhões em agosto, representando decréscimo de R\$ 1,0 bilhão. Concorreram para tal comportamento os seguintes fatores: i) repasse de

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Impostos	8,41%	8,65%
Imposto de Renda	6,25%	6,49%
IPI	1,34%	1,33%
Outros	0,82%	0,82%
Contribuições	9,46%	9,40%
Cofins	4,58%	4,47%
CPMF	1,52%	1,53%
CSLL	1,38%	1,40%
Cide - Combustíveis	0,41%	0,38%
Outras	1,58%	1,62%
Demais	2,29%	2,82%
Cota parte	0,77%	0,91%
Diretamente Arrecadada	0,67%	0,74%
Dividendos da União	0,28%	0,63%
Pagamento Unificado /1	0,16%	0,00%
Outras	0,41%	0,54%
Total Bruto	20,16%	20,86%

/1 Em 2005 inclui pagamentos decorrentes do País, patrimônio de alienação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2005	2006
Petrobras	1.684,6	2.340,7
Banco do Brasil	641,0	2.265,4
Caixa	503,0	1.100,2
BNDES	775,8	3.041,7
Correios	84,6	299,6
IRB	120,2	130,1
BNB	36,8	41,6
BASA	35,3	126,8
Eletrobrás	0,1	137,8
FND	29,6	15,2
Demais	91,2	141,2
Total	4.002,2	9.640,3

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/06	SET/06
Constitucionais (IR, IPI e outros)	5.714,0	5.387,0
CIDE-Combustíveis	-	-
Desoneração do ICMS	162,5	162,5
Demais	1.901,1	1.199,8
Total	7.777,6	6.749,3

recursos referentes à participação especial pela exploração de petróleo e gás natural no mês de agosto e sem contrapartida em setembro; e ii) redução da base de cálculo das transferências do FPE e do FPM (de R\$ 12,5 bilhões em agosto para R\$ 11,6 bilhões em setembro) em consonância com a evolução da arrecadação nos decêndios que compõem a referida base. Por sua vez, a transferência de recursos ao amparo da Lei Complementar nº 115 de 2002 alcançou R\$ 162,5 milhões, volume idêntico ao do mês anterior.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,22%	3,45%
CIDE - Combustíveis	0,09%	0,09%
Lei Complementar nº 115/2002	0,23%	0,13%
Demais	0,70%	0,78%
Total	4,25%	4,44%

No período de janeiro a setembro de 2006, as transferências a estados e municípios corresponderam a 4,44% do PIB, contra 4,25% em idêntico período de 2005. No acumulado de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram acréscimo nominal da ordem de R\$ 7,6 bilhões (12,6%), quando comparadas ao mesmo período do ano anterior.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	45.626,9	52.547,6
CIDE - Combustíveis	1.323,5	1.323,5
Lei Complementar nº 115/2002	3.223,3	1.909,7
Demais	9.948,9	11.902,9
Total	60.122,6	67.683,7

As transferências constitucionais cresceram 15,2% (R\$ 6,9 bilhões), em consonância com o crescimento das receitas compartilhadas. As transferências a título de *royalties* e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural cresceram R\$ 1,6 bilhão, refletindo o aumento do preço do petróleo no mercado internacional e a elevação da produção em território nacional. Por outro lado, houve redução de R\$ 1,3 bilhão nas transferências relativas a Lei Complementar nº 115/2002. Tal diminuição é função da inexistência, até o final de setembro, de transferências referentes ao auxílio financeiro a estados exportadores. Os recursos para tal finalidade deverão ser repassados a estados e municípios no último trimestre do ano.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/06	SET/06
Pessoal e Encargos	7.790,5	8.482,9
Custeio e Capital	10.161,4	9.839,8
Despesas do FAT	1.835,0	1.465,2
Subsídios e Subvenções /1	233,3	-270,2
LOAS/RMV	1028,4	1026,9
Outras	7.064,7	7.617,9
Transferência ao Bacen	53,5	50,1

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Em setembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 18,4 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 367,4 milhões (2,0%) relativamente a agosto. O principal aumento ocorreu nos gastos com pessoal e encargos sociais de R\$ 692,4 milhões (8,9%). As despesas de custeio e capital apresentaram queda de R\$ 321,5 milhões (3,2%) em relação ao mês anterior, não obstante o aumento verificado na rubrica “outras despesas de custeio e capital” (R\$ 553,2 milhões). As principais reduções estiveram concentradas nos gastos com subsídios e subvenções econômicas (R\$ 503,5 milhões) e com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (R\$ 369,8 milhões).

As despesas de pessoal e encargos sociais atingiram R\$ 8,5 bilhões em setembro, contra R\$ 7,8 bilhões no mês anterior. O incremento verificado decorreu, em grande parte, pelo efeito das reestruturações de carreiras do funcionalismo público (Ministério da Educação, Ministério da Previdência, Fazenda, Defesa, Justiça, Agricultura, entre outros). No mês, destaque para a revisão dos soldos dos militares das Forças Armadas concedida a partir de 1º de agosto de 2006, com efeito financeiro em setembro, no montante de R\$ 197,3 milhões, conforme estabelecido na Lei nº 11.359, de 19/10/2006. Além disso, no Ministério de Planejamento contatou-se o pagamento de R\$ 50,0 milhões em decorrência de novas concessões relativas a anistiados políticos, conforme estabelecido na Lei nº 10.559, de 13/11/2002.

Em relação às despesas com subsídios e subvenções econômicas, a redução ocorreu, principalmente, pelo retorno líquido de R\$ 821,1 milhões no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), contra R\$ 50,5 milhões verificados no mês anterior. Por seu turno, os dispêndios com o Programa de Aquisição do Governo Federal (AGF) aumentaram em R\$ 159,6 milhões, uma vez que os dispêndios líquidos (aquisição superior à venda de produtos) atingiram R\$ 98,7 milhões, em setembro, contra retorno líquido (venda superior à compra de produtos) de R\$ 60,8 milhões, em agosto.

As outras despesas de custeio e capital atingiram R\$ 7,6 bilhões em setembro, contra R\$ 7,1 bilhões no mês anterior. O principal aumento deveu-se à execução das despesas decorrentes de créditos extraordinários (R\$ 312,0 milhões). Além disso, as despesas discricionárias, inclusive as despesas do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) não passíveis de dedução da meta de superávit primário, apresentaram aumento, em setembro, de R\$ 396,7 milhões (6,7%) relativamente a agosto, concentradas nos Ministérios da Saúde (R\$ 658,0 milhões) e Desenvolvimento Social (R\$ 166,8 milhões). Houve queda nos gastos no Ministério da Educação (R\$ 233,5 milhões), da Fazenda (105,3 milhões) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 103,1 milhões) em relação ao mês anterior. A execução das despesas do PPI, passíveis de dedução da meta do superávit primário foi de R\$ 312,6 milhões no mês, registrando queda de R\$ 54,9 milhões em relação a agosto.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,47% do PIB, contra 9,92% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 19,0 bilhões (13,5%) em relação a 2005, acima do crescimento nominal do PIB no período (7,6%). Destacam-se os incrementos de R\$ 10,9 bilhões (14,8% ou 0,35 ponto percentual do PIB) nos gastos com

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	AGO/06	SET/06
Agricultura	108,3	309,1
Custeio Agropecuário	15,0	18,9
Investimento Rural	21,8	0,1
Preços Agrícolas	(6,0)	190,9
- EGF	0,1	0,2
- AGF	(60,8)	98,7
- Sustentação de preços	54,7	92,0
Pronaf	68,8	94,2
Pesa	8,7	5,1
Cacau	-	-
Fundo da Terra/Incra	9,9	54,1
Outras áreas	(98,2)	(745,5)
Habitação (PSH)	6,1	-
Exportação (Proex)	(63,7)	21,4
FND (BNDES)	(50,5)	(821,1)
Total	10,1	(436,4)

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
/2 Dados revisados

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/06	SET/06
Sentenças Judiciais	11,8	18,2
Legislativo/Judiciário	355,2	382,2
Crédito Extraordinário	244,4	556,5
Projeto Piloto de Investimento/3	367,5	312,6
Outras Obrigatórias/1	126,0	(8,0)
Discricionárias/2	5.959,7	6.356,4
d/q Min. da Saúde	2.457,2	3.115,2
Min. dos Des. Social	724,9	891,7
Min. dos Transportes	145,2	212,9
Min. da Rel. Exteriores	27,3	48,8
Min. da Agric. e do Abast.	54,1	66,3
Min. do Trabalho	42,7	54,2
Min. de Ciência e Tecnologia	258,7	155,6
Min. da Fazenda	221,3	116,0
Min. da Educação	650,1	416,6
Demais	1.378,0	1.279,1
Total	7.064,7	7.617,9

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.
/3 Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.178, de 20/05/05 (LDO-2006).

**Despesas do
Tesouro em relação
ao ano anterior**

custeio e capital e de R\$ 8,1 bilhões (12,1% ou 0,20 ponto percentual do PIB) nas despesas de pessoal e encargos sociais.

Os dispêndios com a folha salarial aumentaram de 4,69% do PIB, em 2005, para 4,89% do PIB, em 2006. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos dispêndios com a folha salarial foi de R\$ 2,4 bilhões (0,06 ponto percentual do PIB). Neste valor estão computados precatórios relativos aos Poderes no valor de R\$ 2,5 bilhões, pagos pelas Justiças Federais e do Trabalho, frente ao montante de R\$ 1,8 bilhão no mesmo período de 2005. Verificou-se o incremento de R\$ 5,6 bilhões, (0,14 ponto percentual do PIB) no âmbito do Poder Executivo. O crescimento desta rubrica decorreu, principalmente, da reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares.

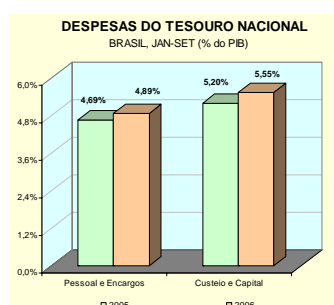
Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 5,20% para 5,55% do PIB, registraram maior crescimento as rubricas “outras despesas de custeio e capital” (0,20 p.p. do PIB), “despesas do FAT” (0,10 p.p. do PIB) e “benefícios assistenciais” (0,09 p.p. do PIB).

As despesas do FAT atingiram R\$ 10,9 bilhões até setembro de 2006, contra R\$ 8,7 bilhões em igual período do ano anterior. No acumulado do ano, esses dispêndios cresceram R\$ 2,2 bilhões (25,1%) comparativamente ao período janeiro a setembro de 2005 (variação de 0,10 p.p. do PIB). Esse comportamento reflete a adoção de diversas medidas com vistas a facilitar o acesso ao benefício – em especial, o aprimoramento do pagamento por meio do crédito em conta corrente e folha de pagamento, e da ampliação do número de parcelas do seguro-desemprego para os setores calçadista, de móveis em madeira e máquinas e equipamentos agrícolas (Resolução Codefat nº 500, 501 e 502, de 18/07/2006). Também explica o crescimento das despesas do FAT o reajuste do salário-mínimo, com impacto no valor do seguro-desemprego e na parcela do abono salarial referente ao exercício de 2006/2007, este último, conforme Resolução Codefat nº 499, de 29/06/2006.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 1,8 bilhão (26,9%) em relação ao acumulado até setembro de 2005. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário-mínimo em 2006 e o crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 10,2% no período (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,1 milhão foram destinados aos idosos e 1,2 milhão aos portadores de deficiência.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Pessoal e Encargos	4,69%	4,89%
Custeio e Capital	5,20%	5,55%
Despesas do FAT	0,61%	0,71%
Subsídios e Subvenções /1	0,35%	0,32%
LOAS/RMV	0,48%	0,56%
Outras	3,76%	3,96%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos



As despesas com LOAS/RMV aumentaram 26,9% em 2006. No caso da LOAS, o número médio dos benefícios emitidos até setembro superou em 10,2% o número médio de igual período do ano anterior.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2006**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idoso	Varição em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média jan-set/05	2.146.217		985.984		1.160.233	
média jan-set/06	2.364.966	10,2%	1.117.497	13%	1.247.469	8%

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 4,8 bilhões no período de janeiro a setembro de 2006, apresentando queda de R\$ 181,3 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Observou-se o retorno líquido de R\$ 1,2 bilhão no âmbito do FND (receitas menos despesas) em 2006, contra R\$ 19,4 milhões, em 2005. As subvenções aos fundos regionais, por seu turno, cresceram R\$ 916,3 milhões, reflexo do maior provisionamento face o nível de inadimplência da carteira, e da aplicação da Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005. Além disso, até setembro, houve aumento nas despesas com o Programa Garantia de Sustentação de Preços (R\$ 402,2 milhões) em relação ao ano anterior, sendo que os principais produtos foram algodão, arroz, milho e trigo.

A execução financeira do PPI – parcela passível de redução da meta de superávit primário – atingiu R\$ 1,7 bilhão em 2006, contra R\$ 221,1 milhões em 2005. Incluindo-se a parcela não passível de redução do resultado primário – classificada na rubrica de despesas discricionárias – o gasto total do PPI no período atingiu R\$ 1,8 bilhão, sendo que R\$ 1,5 bilhão referente a restos a pagar de 2005.

Em relação ao mesmo período do ano passado, houve realização de R\$ 2,1 bilhões com a execução de créditos extraordinários, 122,6% superior ao executado em igual período de 2005, destacando-se os gastos no âmbito da Justiça Eleitoral – para atualização e manutenção do sistema de votação e apuração das eleições; do Ministério do Desenvolvimento Social – para aquisição de alimentos da agricultura familiar; e do Ministério da Justiça – para recuperação de danos causados por desastres. Houve também aumento de 39,0% nas despesas com sentenças judiciais, totalizando R\$ 948,2 milhões até setembro. Os gastos com custeio dos Poderes Legislativo e Judiciário totalizaram R\$ 3,2 bilhões, representando incremento de R\$ 432,7 milhões. As despesas discricionárias no período cresceram R\$ 4,1 bilhões (8,6%), acima da evolução do PIB nominal no período (7,6%). Dentre os Ministérios que apresentaram aumento nos dispêndios no acumulado até setembro em relação ao ano anterior destacam-se o Ministério

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS

BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO /1	2005	2006 ²
Agricultura	2.356,2	2.225,5
Custeio Agropecuário	133,3	136,7
Investimento Rural	263,0	326,2
Preços Agrícolas	436,6	928,9
- EGF	4,4	2,1
- AGF	278,8	371,1
- Sustentação de preços	153,4	555,7
Pronaf	581,8	338,4
Pesa	723,4	267,3
Cacau	0,0	0,6
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	218,0	227,3
Outros	562,9	-695,5
Habituação (PSH)	165,9	284,8
FND	-19,4	-1.216,7
Exportação (Proex)	416,3	236,4
Total	2.919,1	1.530,0

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

/2 Dados revisados

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL

BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Sentenças Judiciais	682,3	948,2
Legislativo/Judiciário	2.747,0	3.179,7
Crédito Extraordinário	955,6	2.127,6
Projeto Piloto de Investimento ³	221,1	1.658,9
Outras Obrigatórias ¹	829,3	530,1
Discricionárias ²	47.813,4	51.914,5
d/q Min. da Saúde	23.169,6	24.968,7
Min. da Desen. Social	4.926,4	6.476,3
Min. da Educação	4.328,0	5.052,3
Min. da Integração Nacional	404,8	707,0
Gab. da Pres. da República	394,3	585,5
Min. do Turismo	203,6	331,0
Min. do Des. Agrário	1.188,8	1.021,8
Min. da Previdência Social	878,5	677,6
Min. da Defesa	3.142,9	2.839,7
Demais	9.176,5	9.254,5
Total	53.248,6	60.359,0

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integração de cotas de organismos internacionais.

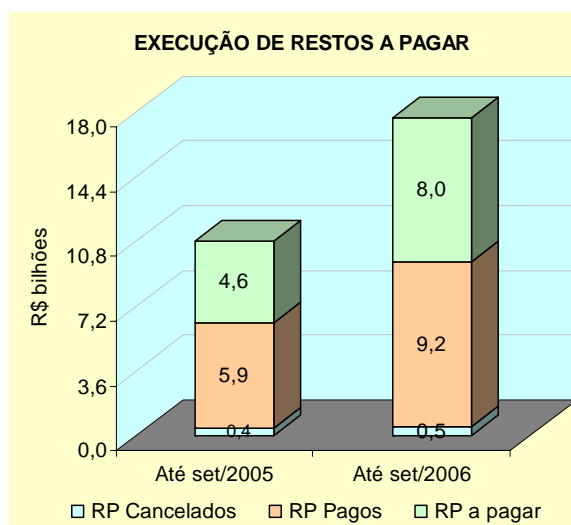
/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.

/3 Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.178, de 2009/05 (LDO-2006).

O crescimento das despesas discricionárias em 2006, em torno de 8,6%, acima evolução do PIB nominal no período de 7,6%. Excetuando as áreas sociais, que apresentaram maior dinamismo na sua execução financeira, as despesas discricionárias do Poder Executivo cresceram significativamente menos.

da Saúde (R\$ 1,8 bilhão), o Ministério de Desenvolvimento Social (R\$ 1,5 bilhão) e o Ministério da Educação (R\$ 724,3 milhões). Excetuando as despesas identificadas no âmbito dos ministérios da área social, nos demais se constatou redução dos gastos discricionários.

O montante pago de restos a pagar (RP) correspondeu a R\$ 9,2 bilhões, equivalentes a 53,3% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). No mesmo período do ano anterior, foram pagos R\$ 5,9 bilhões, correspondentes a 56,1% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). Dos restos a pagar pagos até setembro, R\$ 5,6 bilhões referem-se a despesas com investimentos, representando percentual de execução de 45,3% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios do Transporte (R\$ 1,9 bilhão), da Saúde (R\$ 887,0 milhões) e Integração Nacional (R\$ 408,7 milhões). Os principais programas beneficiados desses ministérios foram a manutenção da malha rodoviária, os corredores Araguaia-Tocantins, Mercosul e Leste, os programas do SUS (“Atenção Básica e Especializada em Saúde” e “Assistência Farmacêutica”) e o Proágua – infra-estrutura e operações especiais.



Previdência Social

Em setembro, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 8,6 bilhões, R\$ 5,5 bilhões acima do verificado no mês anterior. De um lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram 44,7% em razão do pagamento antecipado de 50% do abono da gratificação natalina (13º salário) para segurados e dependentes do Regime. A arrecadação líquida da Previdência, por outro lado, cresceu apenas 4,0%.

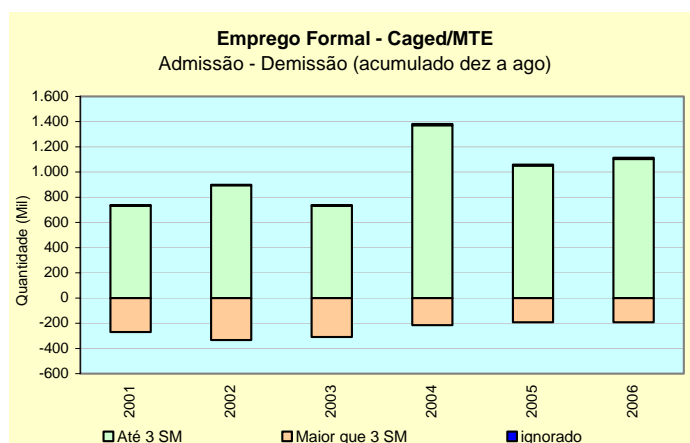
TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	AGO	SET	JAN-SET	
	2006	2006	2005	2006
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	10.020,3	10.419,9	75.204,3	85.400,1
Arrecadação Bruta	10.919,7	11.234,1	81.186,5	92.989,3
- Contribuição Previdenciária	9.995,6	10.234,5	75.733,0	85.368,5
- Simples	720,9	797,5	3.560,7	5.687,4
- CFT	40,9	59,6	457,7	510,5
- Depósitos Judiciais	116,4	96,0	1.040,2	1.014,7
- Refis	28,1	28,9	262,9	254,3
- Outras Receitas	17,9	17,5	131,9	153,7
(-) Restituição/Devolução	-100,9	-36,4	-401,0	-362,2
(-) Transferências a Terceiros	-798,4	-777,9	-5.581,1	-7.227,0
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	13.120,7	18.986,5	99.701,8	119.480,3
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.100,4	-8.566,6	-24.497,5	-34.080,2
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,73%	-2,24%

Em setembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 8,6 bilhões, devido à antecipação de 50% do abono relativo ao 13º salário, conforme disposto no Decreto nº 5.756/2006. No ano, o déficit acumulado atingiu R\$ 34,1 bilhões, equivalentes a 2,24% do PIB.

No acumulado do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 34,1 bilhões, contra R\$ 24,5 bilhões observados até setembro de 2005. A arrecadação líquida cresceu R\$ 10,2 bilhões (13,6%) frente ao mesmo período de 2005, refletindo, principalmente, o comportamento do emprego no setor formal e o conseqüente aumento das contribuições sobre a folha de pagamento. Conforme dados do Caged, foram gerados 920 mil novos empregos entre dezembro de 2005 e agosto de 2006, frente a 867 mil novos postos observados no período equivalente do ano anterior (crescimento de 6,1%). Esse efeito foi também reforçado pela elevação da massa salarial. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a agosto de 2006 foi de R\$ 68,0 bilhões contra R\$ 60,8 bilhões no período correspondente em 2005 – uma elevação de 11,9%.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-SET (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Contribuição	75,2	85,4	13,6%
Benefícios	99,7	119,5	19,8%
Resultado Primário	-24,5	-34,1	39,1%



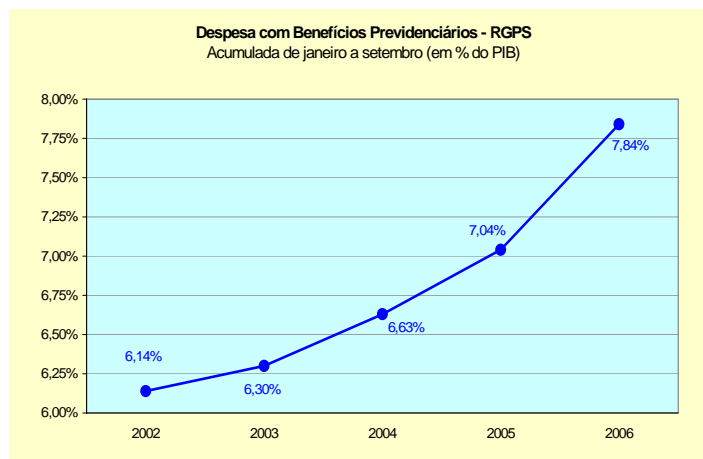
BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-SET			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Quantidade Total*	23,4	24,0	2,8%
Quantidade RGPS*	20,7	21,2	2,3%
Valor médio Total**	464,0	528,5	13,9%
Valor médio RGPS**	486,9	554,2	13,8%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

Até setembro de 2006, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 119,5 bilhões, representando crescimento de R\$ 19,8 bilhões (19,8%) em relação ao mesmo período de 2005. Contribuíram para isso dois fatores: i) aumento de R\$ 67,30 (13,8%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário-mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 483,6 mil (2,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Além disso, o art. 2º do Decreto nº 5.756/2006, determina que o pagamento do abono anual dos segurados e dependentes da Previdência (equivalente à gratificação de Natal dos trabalhadores) referente ao ano de 2006 seja feito em duas parcelas, das quais a primeira, no montante de 50% do valor do benefício correspondente ao mês de agosto, foi paga em setembro. Anteciparam-se, dessa forma, despesas previdenciárias que geralmente se realizam em dezembro.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a setembro de cada ano. Verifica-se que em 2002 esses gastos correspondiam a 6,14% do PIB; em 2006, correspondem a 7,84% do PIB. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,43 ponto percentual do PIB por ano.

As despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 6,14% do PIB no acumulado de janeiro a setembro de 2002 para 7,84% do PIB no mesmo período em 2006, representando crescimento de 27,7%.



O crescimento do número médio de benefícios pagos nos primeiros nove meses de 2006 contra a média do mesmo período de 2005 correspondeu a variações no estoque de 456,8 mil aposentadorias (3,5%), 218,7 mil benefícios assistenciais – LOAS (10,2%) e 155,7 mil pensões por morte (2,7%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

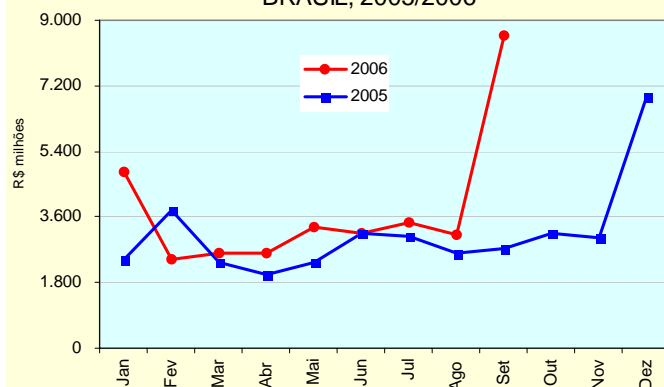
	<i>Em mil benefícios</i>			
	AGO	SET	MÉDIA JAN-SET	
	2006	2006	2005	2006
TOTAL	24.220	24.302	23.400	24.049
Benefícios do RGPS	21.318	21.388	20.698	21.181
Previdenciários	20.590	20.660	19.941	20.448
Aposentadorias	13.313	13.346	12.772	13.222
Idade	6.827	6.849	6.537	6.772
Invalidez	2.731	2.733	2.574	2.714
Tempo de contribuição	3.755	3.764	3.661	3.736
Pensão por morte	5.870	5.882	5.683	5.839
Auxílio-Doença	1.331	1.358	1.417	1.313
Salário - maternidade	43	42	41	41
Outros	33	33	28	33
Acidentários	728	728	756	733
Aposentadorias	147	147	139	146
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	95	95	130	101
Auxílio - acidentado	269	269	267	269
Auxílio - complementar	87	87	91	88
Assistenciais	2.893	2.906	2.693	2.859
Amparos Assistenciais - LOAS	2.414	2.430	2.146	2.365
Idoso	1.147	1.158	986	1.117
Portador de deficiência	1.267	1.272	1.160	1.247
Pensões mensais vitalícias	16	16	17	17
Rendas mensais vitalícias	463	459	529	477
Idade	143	141	171	149
Invalidez	321	318	358	329
Encargos Previdenciários da União (EPU)	9	9	10	9

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,29 ponto percentual em relação ao período de janeiro a setembro do ano passado, sendo insuficiente para cobrir o aumento de 0,80 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS atingiu 2,24% do PIB, sendo assim 0,51 ponto percentual superior a 1,73% do PIB registrado no período correspondente em 2005.

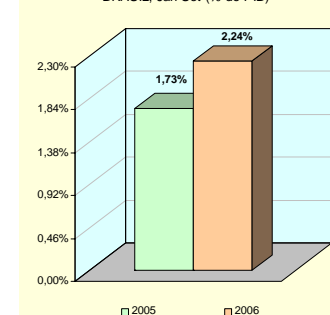
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Contribuição	5,31%	5,61%
Benefícios	7,04%	7,84%
Resultado Primário	-1,73%	-2,24%

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005/2006



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, Jan-Set (% do PIB)



A Dívida Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de setembro com saldo de R\$ 567,2 bilhões, equivalentes a 27,7% do PIB acumulado em 12 meses. A Dívida Interna Líquida cresceu R\$ 19,4 bilhões devido, principalmente, às emissões líquidas da DPMFi, as quais alcançaram R\$ 11,4 bilhões. Tais emissões, principalmente das LTN e NTN-F, resultaram na elevação da parcela de títulos prefixados da DPMFi em 1,35 ponto percentual. Ainda no âmbito da DPMFi, destaca-se que o estoque de títulos comercializados pelo Tesouro Direto atingiu neste mês, pela primeira vez desde sua implementação, o valor de R\$ 1,0 bilhão. O saldo da Dívida Externa Líquida, por sua vez, apresentou elevação tanto em moeda nacional quanto em dólares devido à depreciação do real no mês e a emissão do Global BRL 2002.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em setembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 22,7 bilhões, passando de R\$ 544,5 bilhões, ao final de agosto, para R\$ 567,2 bilhões. Tal acréscimo foi consequência da elevação tanto da Dívida Interna Líquida, de R\$ 19,4 bilhões, quanto da Dívida Externa Líquida, de R\$ 3,6 bilhões.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005	2006	
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	321.571	408.861	428.225
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	924.597	1.037.379	1.059.961
Dívida Contratual da STN	-443.826	-450.514	-453.035
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-159.199	-178.004	-178.700
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	168.063	135.659	139.010
Dívida Mobiliária em Poder do Público	139.016	105.997	109.074
Títulos Depositados em Garantia	-3.289	0	0
Dívida Contratual	32.666	29.962	30.183
Disponibilidades	-330	-301	-246
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	489.634	544.520	567.235
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,9%	26,8%	27,7%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de setembro em R\$ 567,2 bilhões.

Dívida Interna Líquida

O saldo da Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado alcançou R\$ 428,2 bilhões em setembro, equivalentes a 20,9% do PIB acumulado em 12 meses, percentual este superior em 0,8 ponto percentual ao observado em agosto. Quanto a seus componentes, a dívida mobiliária em mercado aumentou

R\$ 22,6 bilhões, resultado das emissões líquidas da ordem de R\$ 11,4 bilhões e da apropriação por competência dos juros nominais. Os haveres contratuais líquidos, por outro lado, cresceram R\$ 3,2 bilhões.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006
	SET	AGO	SET
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	321.571	408.861	428.225
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	924.597	1.037.379	1.059.961
LFT	498.798	433.296	432.052
LTN	232.414	307.241	325.839
NTN-B	39.580	149.658	153.724
NTN-C	75.199	64.991	65.438
NTN-D	5.808	3.810	1.297
Demais	46.042	55.419	58.571
Dívida Securitizada	23.536	19.146	19.146
TDA	3.221	3.817	3.893
DÍVIDA CONTRATUAL	-603.025	-628.518	-631.736
<i>Tesouro Nacional</i>	-443.826	-450.514	-453.035
Dívida Bancária	24.901	24.257	24.204
Lei nº 7.976/89	-5.994	-3.509	-3.524
Lei nº 8.727/93	-47.901	-47.003	-46.944
Lei nº 9.496/97	-247.429	-257.868	-259.370
Renegociação Dívida Municipais	-37.485	-39.593	-39.960
Demais Haveres da STN	-129.918	-126.799	-127.442
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-159.199	-178.004	-178.700
FAT	-113.818	-126.749	-127.145
Demais Entidades	-45.381	-51.255	-51.555
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	48,8%	51,0%	51,8%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-31,8%	-30,9%	-30,9%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-23,4%	-22,2%	-22,2%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	17,0%	20,1%	20,9%

Em setembro, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 428,2 bilhões, correspondendo a 20,9% do PIB.

Em setembro, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 36,6 bilhões, dentre ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates, por sua vez, corresponderam a R\$ 25,2 bilhões, resultando em emissão líquida de R\$ 11,4 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 35,9 bilhões, sendo: i) R\$ 19,2 bilhões em LTN, com vencimentos em julho de 2007, abril de 2008 e janeiro de 2009; ii) R\$ 8,2 bilhões em LFT, com vencimentos em dezembro de 2009 e 2011; iii) R\$ 5,8 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2024; e iv) R\$ 2,7 bilhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2012 e 2014.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 694,7 milhões, todas no âmbito dos programas públicos, sendo as mais importantes: i) R\$ 430,0 milhões em títulos da dívida securitizada para novação

Emissões e Resgates

No mês de setembro, houve emissão líquida da DPMFi no valor de R\$ 11,4 bilhões.

de dívidas com diversos credores; ii) R\$ 149,4 milhões em títulos da dívida agrária, para fins de indenizações de desapropriações para a reforma agrária; iii) R\$ 56,1 milhões em CFT-E1 para o Fies; e iv) R\$ 23,7 milhões em NTN-I para o Proex.

Boxe 1 – Tesouro Direto

Em setembro, o Tesouro Direto alcançou R\$ 38,7 milhões em vendas. O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, representando 41,6% do montante vendido, seguida pela NTN-B (incluindo NTN-B principal), com 25,3% e pela LFT, com 18,3%. O estoque dos títulos comercializados por meio do Tesouro Direto atingiu R\$ 1,02 bilhão, ultrapassando, pela primeira vez desde a sua implementação em 2002, o montante de R\$ 1 bilhão.

No mês, ocorreu o cadastro de 1.615 novos investidores no Tesouro Direto. Destaca-se que o número de investidores, desde o início do programa, atingiu 67.613 pessoas, apresentando aumento de 49,3% em relação ao número acumulado até setembro do ano anterior.

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, SET/2006

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	35.899,2	694,7	38,7	36.632,6
LFT	8.222,0	0,0	7,1	8.229,1
LTN	19.196,6	0,0	16,1	19.212,7
NTN-B	5.774,7	35,4	9,8	5.819,9
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	2.705,9	0,0	5,7	2.711,6
TDA	0,0	149,4	0,0	149,4
Securitizada*	0,0	430,0	0,0	430,0
Demais	0,0	79,9	0,0	79,9
II. RESGATES**	22.087,5	3.115,3	17,9	25.220,7
LFT	11.876,9	2.219,7	5,7	14.102,3
LTN	4.569,6	27,1	5,4	4.602,1
NTN-B	3.096,7	36,0	3,3	3.136,0
NTN-C	204,9	30,4	2,6	237,9
NTN-D	2.339,5	215,1	0,0	2.554,6
NTN-F	0,0	0,0	0,9	0,9
TDA	0,0	72,9	0,0	72,9
Securitizada*	0,0	94,2	0,0	94,2
Demais	0,0	419,8	0,0	419,8
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	13.811,8	-2.420,6	20,8	11.411,9

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 38,7 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 16,1 milhões em LTN com vencimentos em abril, julho e outubro de 2007, janeiro, abril e julho de 2008 e janeiro de 2009; ii) R\$ 9,8 milhões em NTN-B com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; iii) R\$ 7,1 milhões em LFT com vencimentos em março de 2009 e 2011; e iv) R\$ 5,7 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010 e 2012.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em setembro, atingiu R\$ 25,2 bilhões, sendo R\$ 18,3 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 6,9 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 2,8 bilhões em LFT, aceitas no leilão de troca desse título; e ii) R\$ 2,9 bilhões em NTN-B, R\$ 1,0 bilhão em LFT, R\$ 113,0 milhões em NTN-C e R\$ 22,3 milhões em CFT-E, todos aceitos nos leilões de NTN-B.

Boxe 2 – Títulos Indexados a Índices de Preços

O Tesouro Nacional realizou, no mês de setembro, dois leilões de NTN-B, títulos remunerados pelo IPCA, nos quais foram emitidos R\$ 5,8 bilhões. No leilão realizado nos dias 12 e 13 de setembro, com liquidação financeira no dia 14 de setembro, foram ofertados títulos com vencimentos em 2009, 2011 e 2015, cujas taxas de venda foram de 9,57% a.a., 9,54% a.a. e 9,02% a.a., respectivamente. O montante vendido foi de R\$ 3,5 bilhões, sendo que o título mais vendido foi a NTN-B com vencimento em 2011, representando 51,0% (R\$ 1,8 bilhão) do total arrecadado naquele leilão. Do montante total emitido, 61,1% (R\$ 2,1 bilhões) foram liquidados em troca por títulos de menor duration e 38,9% (R\$ 1,3 bilhão) em dinheiro.

O segundo leilão de NTN-B foi realizado nos dias 26 e 27 de setembro com liquidação financeira em 28 de setembro. O montante vendido foi de R\$ 2,3 bilhões, dos quais 84,0% (R\$ 2,0 bilhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 16,0% (R\$ 373,8 milhões) em dinheiro. A NTN-B com vencimento em 2009 foi o título mais vendido, saindo à taxa de 9,67% a.a.. As NTN-B com vencimentos em 2011, 2015, 2024, 2035 e 2045 foram vendidas às taxas de 9,63% a.a., 9,00% a.a., 8,25% a.a., 8,15% a.a. e 8,05% a.a., respectivamente.

O montante resgatado de títulos remunerados por índices de preços foi de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões, sendo R\$ 159,0 milhões correspondentes aos vencimentos de NTN-B e de NTN-C e R\$ 3,2 bilhões às compras e trocas de NTN-B e de NTN-C, resultando em uma emissão líquida de R\$ 2,4 bilhões.

Em relação à composição da DPMFi, observou-se acréscimo de 1,35 ponto percentual na participação de títulos com rentabilidade prefixada, em função das emissões líquidas de LTN no valor de R\$ 14,6 bilhões e de NTN-F no valor de R\$ 2,7 bilhões. A participação de títulos remunerados pela taxa Selic apresentou redução de 1,05 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 5,9 bilhões. Também observou-se declínio na participação dos títulos indexados ao câmbio, de 0,27 ponto percentual, devido ao resgate líquido de NTN-D no valor de R\$ 2,6 bilhões.

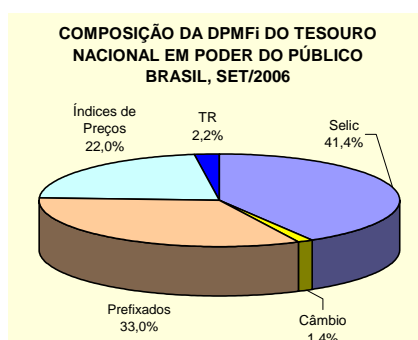
Composição

Os títulos prefixados tiveram sua participação elevada em 1,35 ponto percentual, em virtude da emissão líquida de LTN e de NTN-F.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2005/2006 (%)

INDEXADOR	2005		2006
	SET	AGO	SET
Selic	55,19	42,47	41,42
Câmbio	2,13	1,63	1,36
Prefixados	26,13	31,65	33,00
Índices de Preços	14,11	22,04	21,99
TR	2,44	2,22	2,22

* Não inclui dívida agrícola.



O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou, passando de 14,01% a.a., em agosto, para 14,86% a.a., em setembro, devido à: i) depreciação do real frente ao dólar americano de 1,66%, em setembro, frente à apreciação de 1,72%, em agosto, aumentando o custo anualizado da NTN-D; e ii) maior

Custo Médio

variação do IPCA (0,21%, em setembro, contra 0,05%, em agosto), aumentando os custos da NTN-B em 2,31 pontos percentuais. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi também aumentou, passando de 14,50% a.a., em agosto, para 14,60%, em setembro.

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

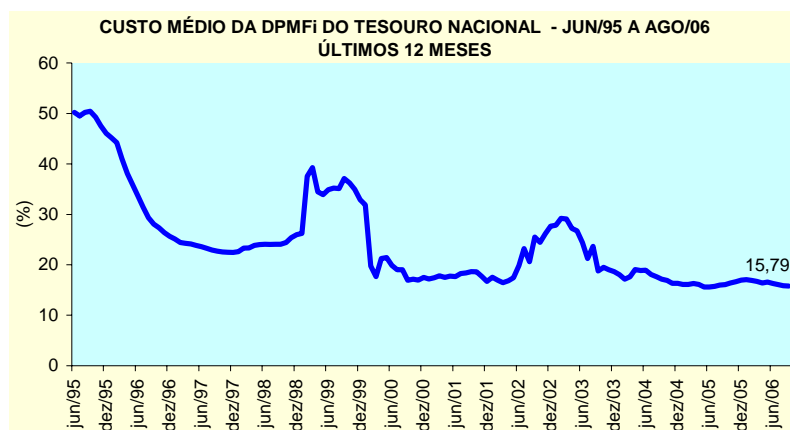
(% anual)

PERÍODO		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2005	Set	17,17	15,08
	Out	18,84	19,04
	Nov	18,18	17,33
	Dez	17,09	18,44
2006	Jan	18,06	16,40
	Fev	16,68	15,40
	Mar	15,89	16,11
	Abr	15,14	13,97
	Mai	15,30	17,33
	Jun	14,88	13,27
	Jul	14,91	14,90
	Ago	14,50	14,01
	Set	14,60	14,86

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 15,79% a.a., apresentando redução de 0,08 ponto percentual em relação ao mês anterior.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi apresentou redução, ao passar de 15,87% a.a., em agosto, para 15,79% a.a., em setembro, em virtude da menor variação da taxa Selic (1,06%, em setembro de 2006, contra 1,50%, no mesmo mês do ano anterior) e da menor variação do IPCA (0,21%, em setembro de 2006, contra 0,35% no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.



Em setembro, o prazo médio da DPMFi sofreu redução de apenas 0,19 mês, em virtude dos pagamentos e cancelamentos de LFT, no valor de R\$ 14,1 bilhões, e dos pagamentos de NTN-D, no valor de R\$ 2,6 bilhões, que resultaram no aumento do prazo médio desses títulos em 0,10 mês e 12,5 meses, respectivamente. A vida média, conceito que considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos, passou de 44,89 meses, em agosto, para 45,10 meses, em setembro.

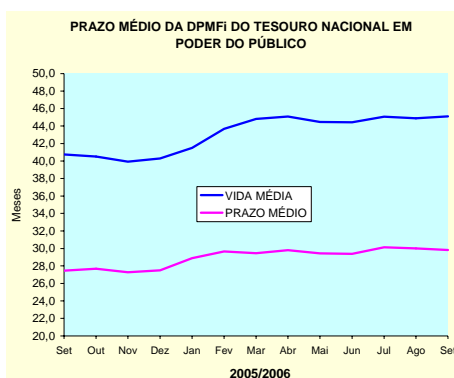
Prazo Médio

Em comparação a agosto, o prazo médio da DPMFi em poder do público reduziu-se em apenas 0,19 mês.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
2005			
Set	40,75	27,46	21,43
Out	40,52	27,67	21,87
Nov	39,93	27,28	21,65
Dez	40,28	27,49	21,90
2006			
Jan	41,50	28,89	23,50
Fev	43,67	29,67	24,59
Mar	44,83	29,45	24,43
Abr	45,09	29,79	24,83
Mai	44,46	29,44	24,44
Jun	44,43	29,38	24,55
Jul	45,07	30,12	25,27
Ago	44,89	30,01	25,22
Set	45,10	29,82	25,11

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

TÍTULOS	2006		
	SET	AGO	SET
LTN	8,42	9,77	9,45
LFT	19,17	20,38	20,48
NTN-B	81,69	58,28	58,18
NTN-C	69,14	78,59	77,88
NTN-D	13,99	7,35	19,85
TD	63,90	59,99	60,59
Dívida Securitizada*	78,46	84,59	84,47
Demais	84,89	73,42	71,82
TOTAL	27,46	30,01	29,82

(*) Inclui dívida agrícola.

Em setembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional atingiu R\$ 139,0 bilhões, o que representou uma elevação de 2,47% em relação ao saldo do mês anterior. Esse aumento é explicado pela desvalorização da moeda nacional frente ao dólar americano, de 1,66%, e pela elevação da dívida em moeda estrangeira. Na moeda norte-americana o saldo apresentou acréscimo de 0,80%, resultado principalmente da emissão do Bônus de Captação Soberana Global BRL 2022 (ver boxe 3).

Dívida Externa Líquida

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais aumentou R\$ 3,4 bilhões (0,2 ponto percentual do PIB). Comparado a setembro de 2005, houve redução de 1,9 ponto percentual.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005 SET	2006 AGO	2006 SET
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	139.016	105.997	109.074
Bônus de Renegociação	19.801	497	471
Bônus de Captação	119.215	105.500	108.602
II. DÍVIDA CONTRATUAL	32.544	29.962	30.183
Organismos Multilaterais	0	0	0
Bancos Privados/Ag. Governamentais	19.989	23.721	23.887
Clube de Paris	12.555	6.241	6.296
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	171.560	135.959	139.257
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	0	0	0
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-330	-301	-246
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	171.231	135.659	139.010
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	7,3%	5,2%	5,4%

Prazo e Custo Médios

O serviço da DPFe, em setembro, totalizou R\$ 1,1 bilhão, do qual R\$ 826,6 milhões referem-se ao pagamento de juros e encargos – a maior parte relativa à dívida mobiliária – e o restante refere-se ao pagamento de principal.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,1 bilhão no mês.

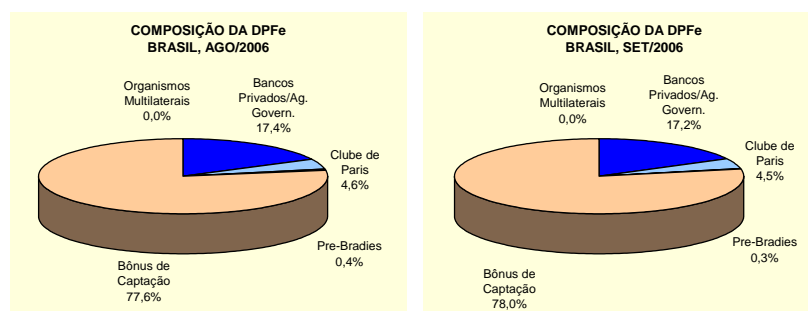
TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, SET/2006

R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	303,2	826,6	1.129,7
I.1. Organismos Multilaterais	200,2	94,9	295,2
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	69,3	32,2	101,5
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	33,6	699,4	733,0
BIB	33,6	15,5	49,1
Globais	0,0	444,6	444,6
Euro 2012	0,0	238,9	238,9
Demais	0,0	0,4	0,4

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

Em relação à composição da DPFe, houve aumento percentual da participação dos Bônus de Captação, de 0,39 ponto percentual, devido à emissão do Global BRL 2022, e redução dos demais itens no estoque da Dívida Externa Líquida: Bônus de Renegociação, Bancos Privados / Agências Governamentais e Organismos Multilaterais.

Composição



O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou redução, ao passar de 6,87 anos para 6,83 anos, em virtude da aproximação dos vencimentos dos títulos, não obstante a emissão do Global BRL 2022 e os pagamentos de cupom de juros de alguns títulos. A vida média também reduziu-se, passando de 13,89 anos, em agosto, para 13,85 anos, em setembro.

O custo médio, por sua vez, apresentou um ligeiro aumento, passando de 9,68% em agosto para 9,73% em setembro. Excluindo-se do cálculo os títulos

externos referenciados em reais (BRL 2016 e BRL 2022), o custo médio no mês seria de 9,60%.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006	
	SET	AGO	SET	
PRAZO MÉDIO (1)	6,33	6,87	6,83	
Bônus de Renegociação	5,56	3,08	3,32	
Bônus de Captação	6,46	6,89	6,84	
Globais	7,12	7,71	7,64	
Euros	3,90	3,51	3,50	
Demais	1,40	0,83	0,75	
VIDA MÉDIA (2)	12,26	13,89	13,85	
Bônus de Renegociação	9,82	7,04	6,96	
Bônus de Captação	12,66	13,92	13,88	
Globais	14,44	16,06	15,97	
Euros	5,17	4,69	4,61	
Demais	1,50	0,85	0,77	
CUSTO MÉDIO (3)	9,28	9,68	9,73	
Bônus de Renegociação	5,08	6,00	6,00	
Bônus de Captação	9,98	9,70	9,75	
Globais	10,20	9,82	9,88	
Euros	9,93	9,69	9,69	
Demais	6,06	6,59	9,59	

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

Em setembro, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa reduziu-se para 6,83 anos. O custo médio, por sua vez, apresentou ligeiro aumento, alcançando 9,73% a.a.

Boxe 3 – Brasil realiza segunda emissão de título referenciado em real

O Tesouro Nacional realizou, no dia 6 de setembro, a emissão do bônus Global BRL 2022, segundo título referenciado em reais emitido no mercado externo, no valor de R\$ 1,6 bilhão (aproximadamente US\$ 750 milhões). O bônus foi vendido ao preço de 97,563% do seu valor de face, resultando em yield de 12,875% para o investidor. O investidor receberá cupom de juros de 12,50% a.a., pagos semestralmente nos dias 5 de janeiro e 5 de julho de cada ano. A emissão foi liderada pelos bancos Citigroup e JP Morgan, e contou com a colaboração do Banco Pactual como co-manager.

Há cerca de um ano, o Tesouro Nacional emitiu o primeiro bônus soberano denominado em reais, com vencimento em 2016, o Global BRL 2016. Na ocasião, o título foi vendido ao preço de 98,636% do seu valor de face, proporcionando ao investidor uma yield de 12,75% a.a..

O Global BRL 2022 é classificado como BB pelas agências Standard & Poor's e Fitch Ratings e Ba2 pela agência Moody's, em função do recente upgrade dado pela última em 31 de agosto de 2006. Com a operação, o Tesouro Nacional alonga em 6 anos sua curva externa de títulos prefixados denominados em reais, medida que pode incentivar o alongamento da curva prefixada doméstica.

A emissão cumpriu seu papel qualitativo de auxiliar na construção da curva de juros externa em moeda local, conforme a estratégia para a Dívida Pública Federal Externa - DPFe referente ao biênio 2007-2008, que foi recentemente divulgada pelo Tesouro Nacional. Neste sentido, o Tesouro seguirá buscando, observadas as condições de mercado, as oportunidades mais vantajosas em suas emissões, de maneira a reforçar seus títulos considerados benchmarks, tanto na curva em dólares quanto na denominada em reais.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Setembro 2005/2006

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Setembro 2005/2006

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia
SRF – Secretaria da Receita Federal

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Set/2005	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2006
I. RECEITA TOTAL	36.722,7	41.439,6	39.810,6	55.817,9	45.552,7	38.580,9	41.454,8	48.903,5	42.325,3	44.372,6	44.829,4	45.405,3	44.716,8
I.1. Receitas do Tesouro	27.864,4	32.627,2	30.660,0	40.231,3	37.276,2	29.132,5	32.110,6	39.502,4	32.633,5	34.590,3	34.969,2	35.271,5	34.186,8
I.1.1. Receita Bruta	30.268,1	34.343,8	31.686,2	41.021,4	37.702,7	29.521,9	32.569,3	39.933,0	33.058,7	36.138,0	36.658,8	36.092,2	36.163,2
- Impostos	12.424,5	13.925,0	13.609,0	20.015,8	14.559,7	12.736,0	13.790,1	16.445,7	12.872,0	17.842,7	14.240,0	13.873,6	15.378,2
- Contribuições	15.206,0	15.728,2	15.452,0	16.418,9	17.237,8	14.271,6	14.987,3	15.925,5	15.167,4	15.546,2	16.880,2	15.969,8	17.151,2
- Demais (1)	2.637,6	4.690,6	2.625,2	4.586,7	5.905,2	2.514,3	3.792,0	7.561,7	5.019,3	2.749,1	5.538,7	6.248,8	3.633,7
I.1.2. (-) Restituições	-2.403,6	-1.716,6	-1.026,1	-783,1	-426,6	-389,3	-458,7	-430,5	-425,2	-1.547,7	-1.689,7	-820,7	-1.976,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.748,2	8.699,0	9.044,1	15.486,6	8.203,7	9.318,6	9.193,9	9.280,9	9.573,3	9.655,5	9.734,0	10.020,3	10.419,9
I.3. Receitas do Banco Central	110,1	113,3	106,5	100,0	72,8	129,8	150,3	120,2	118,5	126,8	126,2	113,5	110,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.401,6	6.330,7	8.216,6	9.266,7	8.434,3	7.274,0	6.363,0	7.058,2	8.673,4	7.924,1	7.429,9	7.777,6	6.749,3
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	4.058,9	4.685,1	5.818,1	7.625,5	6.441,0	5.536,5	5.228,1	5.891,7	6.420,0	6.283,6	5.645,6	5.714,0	5.387,0
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	452,5	0,0	0,0	446,6	0,0	0,0	414,9	0,0	0,0	462,0	0,0	0,0
II.4. Demais	978,8	842,6	2.032,0	824,0	1.099,4	1.737,5	1.134,8	751,6	2.091,0	828,0	1.159,8	1.901,1	1.199,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	31.321,0	35.108,9	31.593,9	46.551,2	37.118,4	31.306,9	35.091,8	41.845,3	33.651,8	36.448,5	37.399,5	37.627,7	37.967,5
IV. DESPESA TOTAL	28.534,1	29.255,7	30.315,9	50.560,4	33.097,3	27.732,3	27.831,6	27.119,3	30.708,0	30.532,9	34.389,1	31.261,8	37.508,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	7.134,2	6.858,8	8.110,2	10.894,7	10.023,7	8.078,1	7.926,2	7.250,8	7.463,2	7.801,3	9.605,9	7.790,5	8.482,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	11.461,3	11.836,4	12.071,4	22.400,5	13.047,8	11.759,4	11.806,3	11.890,6	12.884,8	12.812,4	13.171,9	13.120,7	18.986,5
IV.3. Custeio e Capital	9.765,0	10.365,5	10.000,8	17.079,3	9.935,3	7.719,9	7.897,3	7.777,3	10.173,8	9.666,4	11.423,1	10.161,4	9.839,8
IV.3.1. Despesa do FAT	1.272,7	1.081,0	1.200,8	930,1	950,9	529,2	992,2	911,9	1.056,9	1.261,3	1.864,4	1.835,0	1.465,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	1.001,1	1.531,4	553,7	3.235,2	2.199,6	421,7	30,9	355,2	596,8	519,4	745,0	233,3	-270,2
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	830,3	837,5	840,9	848,3	850,9	852,5	862,2	868,6	1.010,2	1.015,0	1.021,9	1.028,4	1.026,9
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.660,8	6.915,6	7.405,4	12.065,6	5.933,9	5.916,5	6.012,0	5.641,6	7.509,8	6.870,7	7.791,8	7.064,7	7.617,9
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	53,7	55,9	15,9	34,5	1,5	67,0	55,9	63,7	56,3	53,0	57,0	53,5	50,1
IV.5. Despesas do Banco Central	120,0	139,2	117,5	151,5	89,0	107,9	145,9	137,0	130,0	199,8	131,2	135,8	149,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	2.786,9	5.853,2	1.278,0	-4.009,2	4.021,1	3.574,6	7.260,2	14.726,0	2.943,8	5.915,6	3.010,4	6.365,8	459,1
V.1. Tesouro Nacional	5.509,9	9.016,4	4.316,5	2.956,2	8.881,4	5.993,5	9.868,3	17.352,5	6.266,8	9.145,5	6.453,3	9.488,5	9.064,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.713,1	-3.137,4	-3.027,3	-6.913,8	-4.844,1	-2.440,8	-2.612,5	-2.609,7	-3.311,5	-3.156,8	-3.437,9	-3.100,4	-8.566,6
V.3. Banco Central (6)	-9,9	-25,8	-11,1	-51,6	-16,3	21,9	4,4	-16,8	-11,5	-73,1	-5,1	-22,3	-39,1
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)	209,0	154,0	110,4	0,0	234,7	161,7	350,3	179,3	280,7	259,6	258,6	307,5	234,6
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-66,1	314,7	-1.042,3	-381,4	-945,3	-465,0	-1.996,1	1.406,6	-78,8	701,9	331,9	554,3	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)	2.929,8	6.321,9	346,1	-4.390,6	3.310,5	3.271,3	5.614,5	16.311,9	3.145,7	6.877,2	3.601,0	7.227,6	nd
IX. JUROS NOMINAIS (8)	-13.282,8	-11.479,2	-9.183,6	-8.855,6	-14.853,2	-9.075,5	-11.395,8	-11.892,0	-6.633,7	-13.196,2	-9.561,3	-12.964,8	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)	-10.353,0	-5.157,3	-8.837,6	-13.246,2	-11.542,7	-5.804,2	-5.781,3	4.419,9	-3.487,9	-6.319,1	-5.960,4	-5.737,2	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS (1)	504,9	462,4	779,4	757,7	467,0	463,1	503,2	452,0	553,9	471,8	537,2	520,8	719,5
RMV (4)	155,4	154,0	152,4	151,1	149,9	148,6	147,5	146,8	169,2	167,7	166,1	164,2	162,4

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Set/2005	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2006
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	38.691,3	38.160,8	44.240,0	62.315,5	33.810,8	42.099,5	41.712,1	41.830,1	47.219,4	46.993,6	43.988,0	46.982,5	47.811,1
I.1 - Recolhimento Bruto	27.513,9	27.085,0	33.041,1	43.897,5	23.205,2	30.712,6	29.496,2	30.395,9	35.178,0	33.124,7	31.663,0	35.052,4	33.934,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.527,7	1.485,4	1.311,9	1.530,2	1.470,7	1.042,3	1.980,1	1.180,4	1.667,4	1.504,9	1.264,9	1.441,4	1.222,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	164,4	188,1	107,3	157,8	95,2	71,8	268,4	137,9	651,7	1.003,7	302,0	423,2	112,3
I.5 - Receita do Salário Educação	356,9	297,4	330,3	346,6	596,8	333,4	349,3	331,0	342,5	365,1	348,8	379,4	368,1
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	9.078,4	9.101,6	9.446,6	16.323,5	8.402,0	9.924,3	9.604,2	9.754,3	9.368,5	10.991,3	10.344,6	9.622,9	12.070,9
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	50,0	3,2	2,8	66,9	40,9	15,0	13,8	30,6	11,2	4,0	64,6	63,3	103,1
II. DESPESAS	42.664,6	42.385,6	50.038,4	56.790,7	48.187,2	39.881,2	37.319,4	47.110,8	47.444,3	49.230,4	54.401,9	49.313,1	47.753,6
II.1 - Liberações Vinculadas	6.647,5	7.730,6	10.119,2	10.288,4	10.599,4	7.925,4	6.735,9	10.202,4	10.106,3	9.688,1	8.696,7	9.469,7	8.198,9
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.321,5	4.989,2	6.555,3	8.103,6	6.864,1	5.900,4	5.571,9	6.278,8	6.844,7	6.697,0	6.016,0	6.088,8	5.735,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	450,5	1.007,6	1.481,8	461,3	889,9	1.343,1	536,8	820,5	1.524,9	531,0	1.023,1	1.597,0	584,1
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.511,6	1.383,4	1.715,5	906,4	2.398,1	681,9	627,2	3.103,1	1.574,3	1.647,5	1.495,2	1.621,5	1.717,1
II.2 - Liberações Ordinárias	36.017,1	34.655,0	39.919,2	46.502,3	37.587,8	31.955,7	30.583,5	36.908,3	37.337,9	39.542,4	45.705,2	39.843,4	39.554,7
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.380,2	7.746,5	11.095,0	9.839,8	11.235,7	8.227,9	8.251,3	7.580,3	8.080,6	10.268,4	8.418,0	8.302,4	8.187,3
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	3.421,9	887,0	160,8	2.951,4	1.412,4	1.931,7	-66,6	1.263,5	173,4	2.001,3	2.426,3	2.486,7	2.902,1
i) Dívida Contratual Interna	112,6	332,8	112,2	24,2	93,9	115,7	124,7	107,0	116,2	121,0	109,5	107,5	97,9
ii) Dívida Contratual Externa	3.309,3	554,2	48,6	2.927,2	1.318,5	1.816,0	-191,3	1.156,5	57,2	1.880,3	2.316,8	2.379,1	2.804,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	5.519,3	6.494,3	4.513,8	3.260,2	8.806,1	3.509,6	4.507,0	8.712,1	9.614,7	6.794,4	13.237,0	5.921,1	4.245,2
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	11.419,1	11.667,7	15.960,5	18.164,9	11.051,3	11.319,3	11.962,4	12.457,1	12.524,3	12.289,7	12.606,0	15.208,9	16.704,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.831,3	7.699,3	7.907,7	11.496,2	4.805,5	6.600,7	5.831,3	6.659,1	6.630,2	7.832,2	8.530,8	7.634,6	7.210,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	445,2	160,2	281,3	789,8	276,8	366,5	98,2	236,2	314,7	356,4	487,1	289,8	305,7
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-3.973,3	-4.224,8	-5.798,4	5.524,8	-14.376,4	2.218,3	4.392,7	-5.280,7	-224,9	-2.236,9	-10.413,9	-2.330,6	57,5
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	39.005,8	35.339,3	39.448,4	27.466,6	51.235,8	30.904,7	17.576,8	18.086,6	19.593,2	36.752,3	43.352,2	30.297,8	31.252,8
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	38.444,5	34.727,6	38.781,0	26.528,7	50.547,0	29.716,0	16.763,0	17.522,9	18.350,5	35.796,4	42.757,3	29.200,3	30.709,8
IV.2 - Outras Operações de Crédito	561,3	611,7	667,5	937,9	688,7	1.188,7	813,8	563,7	1.242,7	955,9	594,9	1.097,5	543,0
V. DESPESAS	30.072,0	31.313,0	18.316,2	18.022,1	40.953,0	15.575,9	15.370,0	48.384,4	26.146,8	25.607,1	48.117,1	11.278,8	15.416,8
V.1 - Amortização da Dívida Interna	26.393,2	31.178,3	18.153,3	15.240,5	36.603,0	10.344,8	12.278,6	34.060,9	25.904,1	23.809,3	43.960,7	10.516,8	13.362,2
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	26.281,6	30.930,9	18.043,8	15.035,7	36.512,5	10.226,2	12.161,2	33.936,9	25.784,8	23.670,2	43.845,8	10.401,7	13.252,3
V.1.2 - Dívida Contratual	111,6	247,5	109,5	204,8	90,5	118,6	117,4	124,0	119,3	139,1	114,9	115,1	109,9
V.2 - Amortização da Dívida Externa	3.678,9	134,6	162,9	2.781,6	4.350,0	5.231,1	3.091,4	14.323,5	242,8	1.797,7	4.156,4	762,0	2.054,7
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	12.163,0	3.796,8	20.737,2	11.493,0	14.034,5	19.489,8	4.601,8	-16.414,0	-7.434,3	12.126,2	-1.088,5	18.798,6	17.457,5
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	3.768,4	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	8.728,9	-3.197,7	12.307,1	-20.329,7	-1.785,7	20.000,8	9.760,2	-48.725,9	-28.807,8	36.565,5	-25.371,5	10.176,4	27.158,6



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Set/2005	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2006
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	11.268,4	28.818,7	5.373,2	12.200,9	2.687,9	7.353,6	3.760,9	14.849,6	8.268,6	41.240,1	20.037,3	10.768,1	17.340,5
I.1. Emissão de Títulos	9.397,4	26.309,3	3.046,9	8.450,2	0,0	5.469,5	0,0	12.334,4	5.159,5	39.356,3	18.295,9	8.971,2	14.624,1
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.795,9	2.433,6	2.227,6	3.717,9	2.576,0	1.707,5	2.516,6	2.419,6	2.976,6	1.797,7	1.609,4	1.694,4	2.661,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	75,2	75,9	98,7	32,8	111,9	176,7	219,4	95,7	132,4	86,1	132,0	102,5	55,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.024,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	7.500,0	31.818,0	8.400,0	47.500,0	380,0	4.900,0	600,0	27.997,1	30.297,9	13.583,0	30.230,0	17.280,0	6.075,3
II.1. Resgate de Títulos	6.500,0	28.234,2	6.400,0	41.642,2	0,0	4.000,0	500,0	22.998,1	23.000,0	10.035,5	24.706,2	13.200,0	4.300,0
II.2. Encargos da DPMF	1.000,0	3.583,7	2.000,0	5.857,8	380,0	900,0	100,0	4.999,0	7.297,9	3.547,5	5.523,8	4.080,0	1.775,3
III. RESULTADO (I - II)	3.768,4	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Set/2005	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2006
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	1,5	1,2	15,6	54,1	16,5	17,4	0,0	25,9	10,6	16,2	16,3	15,0	18,9
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,1	0,1	4,2	0,3	106,9	193,5	0,0	0,1	0,1	0,1	3,5	21,8	0,1
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	75,6	215,5	154,4	291,4	84,9	50,9	54,6	100,8	198,0	60,6	194,1	-6,0	190,9
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,2	1,0	0,8	0,5	0,4	0,4	0,0	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	44,0	214,5	118,4	243,6	24,4	-7,1	-5,6	0,0	157,5	15,2	148,8	-60,8	98,7
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	30,5	0,0	35,2	47,3	60,1	57,7	60,2	100,3	40,3	45,2	45,2	54,7	92,0
IV. PRONAF	251,9	-14,6	27,2	219,6	41,2	23,8	-194,0	41,8	86,6	41,3	134,8	68,8	94,2
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	263,9	-4,1	50,8	132,7	45,7	33,3	0,0	63,4	41,3	40,3	137,9	70,0	63,7
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	-11,9	-10,5	-23,5	86,9	-4,5	-9,5	-194,0	-21,6	45,3	1,0	-3,2	-1,2	30,5
V. PROEX	55,5	48,8	76,6	124,2	-33,3	24,5	-12,4	-33,6	22,7	91,0	219,6	-63,7	21,4
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	24,1	28,8	23,7	146,7	0,0	10,2	18,9	27,1	18,5	1,6	151,8	20,2	24,4
V.2. Concessão de Financiamento (1)	31,4	20,0	52,9	-22,5	-33,3	14,3	-31,3	-60,8	4,2	89,5	67,8	-83,8	-2,9
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	404,4	92,4	17,9	295,7	78,4	26,8	7,0	19,2	11,7	90,3	20,2	8,7	5,1
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	20,1	90,7	0,0	0,0	0,0	3,0	3,4	0,0	142,4	82,6	47,3	6,1	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	884,4	11,6	1.803,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	62,3	107,9	81,7	137,5	-1,2	50,7	31,3	2,2	0,1	21,4	58,7	9,9	54,1
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	-41,0	-53,6	-40,3	95,8	-51,6	-40,0	-37,7	-58,4	-52,8	-51,3	-53,4	-50,5	-821,1
XII. TOTAL	830,6	1.372,9	349,0	3.023,0	241,8	351,3	-147,8	98,0	419,6	352,3	641,2	10,1	-436,4

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Set/2005	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2006
I. DÍVIDA INTERNA	321.571,2	321.767,2	347.707,0	368.641,0	362.130,0	390.454,2	401.559,9	377.487,5	377.134,4	390.718,4	379.137,3	408.861,1	428.225,1
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.059.960,9
Dívida Bancária	24.900,7	24.874,5	24.840,5	24.773,2	24.713,3	24.659,7	24.578,6	24.539,3	24.456,3	24.379,3	24.326,5	24.257,2	24.203,8
INSS	-17.215,6	-17.193,2	-17.301,5	-17.358,6	-17.370,8	-17.495,9	-17.485,4	-17.406,7	-17.410,2	-17.476,3	-17.593,4	-17.623,3	-17.695,6
Lei 7.976/89	-5.993,5	-6.090,7	-5.782,3	-5.771,4	-5.484,3	-5.303,0	-5.319,4	-5.130,1	-5.473,0	-4.874,4	-4.136,1	-3.508,9	-3.523,6
Bônus Renegociação	-12.732,2	-12.391,3	-12.090,3	-12.607,6	-11.928,3	-11.466,7	-11.649,4	-10.899,5	-11.867,1	-11.031,4	-11.008,5	-10.772,9	-10.779,3
Lei 8.727/93	-47.901,2	-47.816,7	-47.819,0	-47.718,8	-47.628,4	-47.609,3	-47.461,0	-47.400,6	-47.231,6	-47.132,8	-47.091,7	-47.002,8	-46.943,6
Lei 9.496/97	-247.429,4	-247.733,0	-249.789,4	-251.041,4	-251.714,6	-253.923,7	-253.805,8	-253.339,5	-253.675,7	-254.972,7	-257.106,3	-257.867,6	-259.369,8
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-37.484,6	-37.533,2	-37.871,6	-38.081,7	-38.250,2	-38.779,7	-38.718,7	-38.793,3	-38.776,7	-39.001,8	-39.402,2	-39.592,8	-39.960,3
Recebíveis das Estatais	-36.289,8	-37.249,0	-37.303,1	-37.850,3	-36.359,1	-36.265,7	-36.456,5	-36.194,2	-35.196,4	-35.060,5	-37.577,7	-36.084,8	-36.280,2
Outros	-43.213,0	-43.154,6	-43.561,8	-43.688,6	-43.577,7	-43.149,6	-43.049,8	-42.841,3	-42.057,3	-42.075,0	-42.260,5	-41.712,8	-41.828,8
Fat	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1
Demais Entidades	-45.381,3	-45.903,5	-46.479,0	-47.092,7	-46.942,8	-47.563,7	-47.783,8	-48.015,3	-48.762,4	-49.559,7	-50.676,1	-51.254,7	-51.555,3
Créditos das Operações Oficiais	-13.412,0	-13.458,8	-13.438,2	-14.471,1	-14.207,3	-14.023,3	-13.948,0	-13.635,4	-14.086,9	-13.125,3	-13.368,0	-13.041,3	-13.242,2
Arrecadação a Recolher	-7.055,4	-11.370,5	-7.239,0	-22,0	-11.647,0	-8.118,8	-7.286,0	-13.119,0	-7.341,5	-8.504,0	-11.216,0	-7.564,0	-7.615,8
II. DÍVIDA EXTERNA	168.063,3	166.318,2	163.277,4	173.792,1	162.657,8	152.210,1	151.723,0	135.713,5	152.072,9	139.928,8	140.632,3	135.658,8	139.010,2
Dívida Mobiliária	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5
Títulos Depositados em Garantias	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida Contratual	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0
Disponibilidades	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-246,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	489.634,5	488.085,4	510.984,4	542.433,2	524.787,8	542.664,3	553.282,8	513.201,0	529.207,2	530.647,2	519.769,5	544.519,9	567.235,3
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,9%	25,6%	26,6%	28,0%	26,9%	27,6%	28,0%	25,9%	26,5%	26,4%	25,7%	26,8%	27,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/2005	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2006
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	19.801,3	16.222,4	15.882,0	16.844,2	15.796,1	14.834,8	14.535,2	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3
Brazil Investment Bond (BIB)	550,6	558,5	546,8	579,9	549,0	529,1	504,6	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3
Par Bond (PB)	3.307,8	3.355,6	3.285,2	3.484,2	3.147,9	2.830,7	2.465,4	-	-	-	-	-	-
Discount Bond (DB)	2.857,6	2.898,9	2.838,1	3.010,0	2.849,7	2.746,1	2.685,5	-	-	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	830,2	736,9	721,5	765,2	724,4	659,9	671,3	-	-	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	2.435,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	6.871,2	6.472,6	6.336,8	6.720,7	6.362,7	6.034,2	6.138,5	-	-	-	-	-	-
New Money Bond (NMB)	1.851,8	1.643,8	1.609,3	1.706,8	1.615,8	1.508,0	1.534,1	-	-	-	-	-	-
Eligible Interest (EI)	1.096,4	556,1	544,4	577,4	546,7	526,8	535,9	-	-	-	-	-	-
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	119.214,7	120.767,2	119.044,0	127.311,7	118.587,5	111.783,4	111.530,9	107.692,4	119.053,4	108.403,5	108.953,5	105.500,4	108.602,2
A-Bond	10.018,9	10.163,7	9.950,4	10.553,2	9.991,0	9.628,1	9.794,4	9.419,3	10.372,0	9.757,9	9.811,6	9.642,9	9.802,5
Euro 2006	1.838,2	1.859,0	1.790,5	1.905,1	1.856,8	1.688,8	1.681,1	1.643,5	1.882,3	1.767,5	1.774,0	1.735,9	1.747,0
Euro 2007	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.686,1	1.698,0	1.660,1	1.901,3	1.734,3	1.740,7	1.689,3	1.700,1
Euro 2009	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	1.267,8	1.316,4	1.286,9	1.473,9	1.249,3	1.253,9	886,2	891,9
Euro 2010	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.775,0	1.811,3	1.770,8	2.028,1	1.763,8	1.770,3	1.483,6	1.493,1
Euro 2011	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5
Euro 2012	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5
Euro 2015	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	2.028,6	2.106,2	2.059,1	2.358,3	2.214,5	2.222,7	2.192,0	2.206,0
EuroIbra 2007	587,8	598,2	572,8	603,3	592,9	558,8	565,9	571,5	645,0	600,1	609,9	573,6	573,0
EuroIbra 2017	1.034,8	1.046,6	1.008,0	1.072,5	1.045,3	982,1	1.019,7	996,9	1.141,8	1.072,2	1.076,1	1.061,3	1.068,1
Global 2006	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global 2007	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	4.844,2	3.873,2	3.554,3	3.418,2	3.763,9	3.370,6	3.389,1	3.277,0	3.331,3
Global 2008	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.073,8	4.248,0	3.805,6	3.659,9	4.030,0	3.574,8	3.594,4	3.414,0	3.470,5
Global 2009	6.111,1	6.199,3	6.069,3	6.436,9	5.849,1	4.961,6	4.282,7	4.118,7	4.535,3	3.468,9	3.488,0	3.067,1	3.117,9
Global 2010	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.382,7	4.765,8	4.564,7	4.389,9	4.833,9	3.815,7	3.836,7	3.379,0	3.434,9
Global 2011	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.369,0	2.382,0	2.341,1	2.379,9
Global 2012	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.611,4	2.625,8	2.580,6	2.623,3
Global 2013	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.697,6	2.712,5	2.665,9	2.710,0
Global 2014	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.540,0	2.551,0	2.510,1	2.551,7
Global 2015	3.555,5	3.606,9	4.634,7	4.915,5	4.653,6	4.484,6	4.562,0	4.837,3	4.831,1	4.545,0	4.570,0	4.491,5	4.565,8
Global 2019	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	3.324,0	3.203,3	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	3.208,2	3.261,3
Global 2020	2.222,2	2.254,3	2.207,0	2.340,7	2.216,0	2.135,5	2.172,4	2.089,2	2.300,5	1.664,2	1.673,4	1.625,6	1.652,5
Global 2024	6.610,4	6.705,9	6.565,2	6.962,9	6.591,9	6.352,5	6.462,2	6.214,7	6.843,3	6.294,8	6.329,4	5.990,9	6.090,1
Global 2025	5.000,0	5.072,2	4.965,8	5.266,6	4.986,0	4.804,9	4.887,9	4.700,7	5.176,1	4.869,7	4.896,5	4.812,3	4.892,0
Global 2027	7.777,7	7.890,1	7.724,5	8.192,5	7.756,0	7.474,3	7.603,4	7.312,2	8.051,8	7.539,0	7.580,5	7.348,4	7.470,1
Global 2030	3.555,5	3.606,9	3.531,2	3.745,1	3.545,6	3.416,8	3.475,8	3.342,7	3.680,8	2.928,1	2.944,2	2.174,5	2.210,5
Global 2034	4.444,4	4.508,6	4.414,0	5.851,8	5.540,0	5.338,8	5.431,0	5.223,0	5.751,3	5.838,9	5.871,0	5.770,1	5.865,6
Global 2037	-	-	-	-	2.216,0	2.135,5	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	4.277,7	4.348,5
Global 2040	11.460,6	11.626,1	11.382,2	12.071,7	11.428,6	11.013,4	11.203,7	10.774,7	11.864,4	11.162,0	11.223,3	11.030,5	11.213,0
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.600,0
Marco Alemão 2007	1.366,0	1.381,5	1.330,6	1.415,8	1.379,9	1.283,5	1.320,5	1.291,0	1.478,6	1.342,9	1.347,9	1.288,7	1.296,9
Marco Alemão 2008	1.024,5	1.036,1	998,0	1.061,8	1.034,9	972,4	938,0	917,0	1.050,3	949,9	953,4	915,1	921,0
Samurai 2006	1.174,3	1.162,0	1.105,8	1.189,2	1.137,6	1.095,1	-	-	-	-	-	-	-
Samurai 2007	1.565,7	1.549,3	1.474,4	1.585,6	1.516,8	1.460,2	1.228,8	1.183,7	1.360,0	1.232,2	1.236,9	1.187,3	1.198,9
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
III. DÍVIDA CONTRATUAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.600,0
IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-246,4
V. TOTAL (I+II+III+IV)	138.686,4	136.640,8	134.471,2	143.844,2	134.060,7	126.274,3	125.758,1	107.857,8	119.217,9	108.593,7	109.130,5	105.696,7	110.427,2
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	7,3%	7,2%	7,0%	7,4%	6,9%	6,4%	6,4%	5,4%	6,0%	5,4%	5,4%	5,2%	5,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Set/2005	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2006
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.233.347,3	1.240.924,8	1.268.769,5	1.256.713,1	1.277.259,7	1.306.117,6	1.320.442,6	1.290.097,5	1.265.730,9	1.310.777,0	1.299.896,0	1.319.709,0	1.354.766,3
I. Dívida em Mercado	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.059.960,9
Dívida Securitizada	23.535,8	20.307,2	19.797,2	18.084,3	17.754,7	17.843,1	17.904,9	17.936,4	16.894,7	16.713,3	18.886,9	19.146,4	19.146,4
TDA	3.220,6	3.297,4	3.437,1	3.447,5	3.431,9	3.425,5	3.406,5	3.398,0	3.672,4	3.668,0	3.720,7	3.817,1	3.893,0
LTN	232.414,2	220.973,3	248.998,3	263.451,3	253.193,1	269.680,5	280.714,9	262.579,3	279.637,2	302.728,8	290.264,9	307.240,8	325.838,8
LFT	498.798,1	516.796,6	505.983,8	497.907,6	478.615,0	467.995,3	457.330,2	453.761,8	431.609,7	423.680,6	429.436,7	433.295,8	432.052,3
LFT-A	3.966,3	3.982,7	3.997,7	4.016,0	3.816,0	3.820,4	3.834,4	3.835,2	3.843,3	3.847,2	3.850,1	3.855,9	3.853,5
LFT-B	3.497,9	3.188,3	3.062,2	2.704,3	2.335,4	2.295,1	2.265,6	2.230,3	2.189,5	2.139,1	2.111,5	1.938,2	1.908,1
NTN-A	9.902,2	9.901,9	9.721,6	10.335,8	9.816,6	9.489,7	9.642,4	9.137,8	10.088,1	9.520,7	9.600,5	9.464,8	9.608,3
NTN-B	39.579,5	42.426,4	50.600,5	73.824,5	112.268,4	131.443,9	142.531,3	147.028,3	144.793,5	145.718,5	148.123,0	149.657,6	153.724,3
NTN-C	75.198,5	75.261,8	76.183,1	66.993,8	66.132,0	65.940,2	65.042,1	64.137,0	64.805,5	65.688,2	64.774,5	64.991,4	65.438,3
NTN-D	5.807,8	4.912,0	4.865,3	5.206,3	4.913,2	4.570,1	3.736,1	3.636,7	4.039,3	3.849,8	3.831,3	3.810,5	1.297,4
NTN-F	7.942,0	8.631,8	9.172,9	9.615,4	9.996,2	12.521,9	13.068,1	14.996,8	16.179,3	17.386,3	18.304,3	20.493,5	23.546,5
NTN-I	1.507,6	1.516,5	1.492,1	1.665,7	1.520,2	1.472,7	1.489,9	1.434,8	1.513,3	1.542,2	1.547,6	1.462,6	1.446,9
NTN-P	3.027,7	3.049,0	3.073,4	3.095,4	3.117,7	3.135,2	3.198,0	3.216,4	3.238,2	3.260,2	3.282,0	3.305,8	3.327,0
CFT-A	10.271,2	10.191,5	10.127,2	10.037,5	9.968,9	9.503,1	9.395,4	9.037,5	8.952,8	8.922,3	8.882,1	8.831,9	8.781,6
CFT-D	2.041,4	2.063,5	2.012,9	2.127,2	2.006,5	1.926,2	1.952,4	1.870,5	2.052,0	1.923,0	1.926,2	1.885,7	1.909,3
Demais	3.885,6	3.855,8	3.895,9	3.926,5	3.980,7	4.015,8	4.014,5	3.960,4	4.007,7	4.154,2	4.174,0	4.180,9	4.189,4
II. Dívida com BACEN	308.750,8	310.569,1	312.348,3	280.274,0	294.393,4	297.038,7	300.915,9	287.900,4	268.214,3	296.034,6	287.179,6	282.330,1	294.805,4
LTN	151.485,2	142.971,0	151.197,2	119.221,6	133.989,0	141.197,9	143.194,1	137.320,6	144.417,3	162.171,7	149.555,6	153.996,4	163.172,8
LFT	117.194,4	123.787,2	117.912,6	120.035,6	121.226,2	121.408,9	122.668,1	117.160,9	89.866,1	93.900,8	97.003,5	89.470,4	84.887,0
NTN-D	26.134,4	27.877,0	27.269,5	24.966,9	23.683,3	19.034,4	19.512,2	18.958,9	19.404,6	18.023,2	18.088,2	17.765,2	17.841,1
Demais	13.936,8	15.933,8	15.969,0	16.050,0	15.494,9	15.397,5	15.541,5	14.460,1	14.526,3	21.938,9	22.532,2	21.098,1	28.904,5
Dívida em Mercado/PIB	48,8%	48,7%	49,7%	50,4%	50,4%	51,4%	51,5%	50,5%	50,0%	50,6%	50,2%	51,0%	51,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Set/2005	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2006
I. INTERNA	-159.199,3	-159.472,0	-161.358,6	-163.959,7	-167.282,0	-167.148,9	-167.365,5	-170.489,3	-171.722,1	-175.149,1	-177.145,3	-178.003,8	-178.700,5
Dívida contratual	279,3	269,9	266,7	256,3	305,7	232,5	234,8	217,8	239,7	236,9	226,5	222,6	224,7
FAT	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1
Aplicações financeiras	-4.137,4	-4.276,0	-4.235,3	-4.034,9	-4.122,6	-4.164,8	-4.326,2	-4.347,1	-4.493,0	-4.578,6	-4.569,5	-4.591,6	-4.682,2
Fundos Regionais	-27.280,4	-27.703,6	-28.008,5	-28.603,3	-28.743,2	-29.246,8	-29.633,7	-29.944,1	-30.401,3	-30.834,2	-31.299,7	-31.640,5	-31.640,5
Demais	-14.242,8	-14.193,8	-14.501,9	-14.710,7	-14.382,7	-14.384,6	-14.058,6	-13.941,9	-14.107,8	-14.383,8	-15.033,4	-15.245,2	-15.457,3
II. EXTERNA	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-246,4
Disponibilidades	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-246,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-159.528,9	-159.820,8	-161.813,5	-164.271,4	-167.604,9	-167.492,8	-167.673,5	-170.809,2	-172.091,9	-175.461,7	-177.473,7	-178.304,3	-178.946,8
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,5%	-8,6%	-8,5%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,8%	-8,8%	-8,7%

(-) Haver (+) Obrigação
Obs.: Dados sujeitos a alteração

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ SETEMBRO 2005/2006 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2005					2006					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	1.014.131,9	522.512,1	335.669,1	319.176,9	33.286,7	969.288,9	677.753,0	563.358,7	421.088,9	417.303,9	121.567,8
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.300,0	1.882,6	1.268,8	1.262,6	14,4	2.923,5	2.387,0	1.915,1	1.785,0	1.784,1	41,6
Advocacia-Geral da União	89.808,2	64.444,8	44.458,2	44.164,4	5.074,7	82.373,3	82.283,0	71.910,2	56.093,8	47.838,8	14.727,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	811.858,7	487.486,5	368.909,7	347.577,5	75.227,8	788.617,5	666.758,0	499.696,1	380.291,4	359.839,1	78.005,3
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.535.310,3	1.592.820,2	1.208.141,6	1.014.162,6	288.187,9	2.304.095,0	1.943.489,0	1.312.303,1	1.067.224,5	958.557,9	265.849,1
Ministério da Fazenda	1.881.219,6	1.458.450,1	1.186.749,7	1.180.199,4	50.828,7	1.943.422,7	1.783.359,0	1.361.020,7	1.206.622,1	1.202.385,0	53.824,3
Ministério da Educação	7.085.204,1	4.859.722,8	3.477.589,0	3.295.747,4	811.869,1	6.893.813,6	6.770.369,0	4.872.442,9	3.709.735,2	3.461.417,5	815.050,5
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	485.323,2	339.719,6	269.963,9	268.968,2	18.076,6	461.652,4	367.187,0	320.177,8	288.142,9	287.783,4	19.021,7
Ministério da Justiça	1.055.734,4	581.447,7	462.922,8	458.392,8	99.165,0	857.290,6	727.093,0	544.206,9	464.444,0	457.935,4	131.697,6
Ministério de Minas e Energia	718.252,0	292.377,2	207.825,7	205.997,1	19.085,4	517.368,0	408.077,0	237.063,9	186.471,2	183.732,6	43.965,4
Ministério da Previdência Social	1.335.373,9	861.348,3	717.452,1	672.158,9	192.945,9	897.843,6	779.346,0	705.449,5	571.913,8	558.846,6	101.391,2
Ministério das Relações Exteriores	1.128.162,5	512.595,5	448.993,4	448.221,0	80.633,0	880.975,7	694.827,0	432.496,1	404.424,5	403.501,2	86.666,5
Ministério da Saúde	31.271.752,1	26.680.766,7	22.297.965,8	21.194.651,2	1.348.296,4	33.405.746,8	32.461.914,0	26.482.042,8	23.210.211,4	22.577.695,7	1.252.205,7
Ministério do Trabalho e Emprego	788.798,6	503.447,3	331.571,5	324.488,7	40.044,4	781.148,9	464.635,0	400.530,2	284.011,6	283.427,6	100.004,7
Ministério dos Transportes	692.243,4	417.066,9	271.574,2	264.930,1	68.241,1	854.002,2	547.415,0	387.745,4	268.809,9	260.235,0	62.971,2
Ministério das Comunicações	702.868,9	238.880,8	160.823,5	157.007,9	43.953,7	353.787,7	269.746,0	204.110,0	144.160,7	144.128,7	30.927,9
Ministério da Cultura	365.025,1	204.655,1	151.603,3	149.485,5	51.174,5	399.946,5	281.651,0	200.564,2	139.515,7	131.596,2	90.437,7
Ministério do Meio Ambiente	500.060,8	302.777,0	207.930,1	206.160,6	52.268,2	399.879,6	363.144,0	267.759,3	205.387,4	203.877,7	54.641,1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	451.457,6	264.120,5	188.303,7	184.964,7	35.758,2	557.138,9	371.668,0	304.964,8	243.189,7	237.901,2	64.549,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	702.387,8	376.324,2	231.470,1	227.747,1	86.044,7	655.031,0	580.727,0	452.171,0	302.278,8	298.168,3	90.011,6
Ministério do Esporte	143.804,9	83.253,6	56.506,0	56.236,8	12.204,5	412.565,5	259.900,0	204.920,5	70.078,0	69.872,4	51.920,1
Ministério da Defesa	4.158.738,5	3.041.423,9	2.096.865,5	2.004.225,2	508.433,6	3.939.396,7	3.407.086,0	2.472.932,4	1.772.363,7	1.712.472,7	453.347,8
Ministério da Integração Nacional	280.521,0	159.785,8	89.931,7	85.886,4	34.664,9	298.718,5	179.804,0	142.902,3	97.369,0	95.110,1	57.953,4
Ministério do Turismo	356.012,2	176.712,5	102.731,3	101.875,6	47.590,8	357.953,3	249.330,0	227.207,8	170.679,1	170.533,8	39.949,6
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	6.031.510,9	5.266.918,6	4.746.169,0	4.728.682,5	182.262,6	10.226.806,7	9.859.565,0	7.146.565,5	6.737.487,6	6.715.964,4	85.740,1
Ministério das Cidades	407.096,1	294.486,7	164.654,7	161.088,0	24.590,5	402.651,9	313.862,0	260.853,0	188.769,1	182.576,5	48.570,2
Encargos Financeiros da União	162.557,7	119.610,5	32.921,5	32.735,8	-	340.785,8	330.396,0	131.398,6	107.270,2	107.270,2	29.808,3
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	1.048.740,6	144.783,7	85.020,5	85.020,5	18.366,2	47.650,1	47.552,0	38.524,1	38.385,3	38.385,3	20.110,6
Operações Oficiais de Crédito	123.443,6	123.327,0	89.865,8	89.802,7	-	56.672,2	53.740,0	53.661,4	33.787,4	30.870,2	-
TOTAL	66.329.698,4	49.973.148,2	40.035.852,3	38.311.018,2	4.228.289,5	70.089.547,2	64.945.063,0	50.300.894,1	42.771.991,5	41.601.011,3	4.264.957,8

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ SETEMBRO 2005/2006 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2005					2006					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	140.289,2	18.398,3	9.593,4	8.788,2	35.508,3	114.910,2	77.272,0	26.139,4	13.028,7	12.069,8	37.026,5
Gabinete da Vice-Presidência da República	200,0	3,6	3,6	3,6	-	0,7	1,0	0,5	0,5	0,5	-
Advocacia-Geral da União	8.221,1	2.233,8	539,5	444,1	9.574,5	2.926,7	2.927,0	1.004,8	413,8	292,1	4.002,2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	355.204,6	48.404,6	9.705,9	7.549,3	63.293,9	442.448,7	210.233,0	137.397,9	21.352,0	10.235,3	133.994,0
Ministério da Ciência e Tecnologia	656.413,6	118.659,0	82.371,4	55.567,3	49.631,3	1.009.144,9	616.888,0	295.839,6	136.877,7	93.147,3	128.933,9
Ministério da Fazenda (3)	527.463,3	190.334,5	42.989,3	42.082,5	10.078,0	392.280,9	286.319,0	96.887,2	18.699,3	17.677,5	108.001,7
Ministério da Educação	974.728,3	224.620,5	114.837,4	105.769,0	154.471,7	1.180.683,6	895.682,0	346.014,0	136.487,0	109.152,6	546.700,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	104.957,5	6.840,9	5.704,4	5.703,9	71.240,0	93.856,1	42.294,0	24.263,7	4.178,8	4.177,0	20.407,7
Ministério da Justiça	672.633,1	187.883,8	52.436,9	51.730,8	158.764,6	612.369,7	483.956,0	157.209,8	33.151,8	32.496,9	209.526,1
Ministério de Minas e Energia	39.743,5	5.065,6	4.180,5	4.121,0	6.567,4	115.982,7	43.938,0	9.643,9	4.683,7	4.611,8	3.343,3
Ministério da Previdência Social	194.575,6	8.299,0	3.962,1	1.888,2	20.956,8	292.164,3	202.475,0	13.819,6	47,6	35,7	49.662,8
Ministério das Relações Exteriores	69.801,8	13.399,3	11.094,8	11.094,7	1.067,1	39.506,4	39.131,0	7.932,8	6.463,7	6.463,7	2.901,9
Ministério da Saúde	2.690.451,8	564.429,7	149.905,6	142.924,4	604.833,8	3.297.792,0	2.689.150,0	1.276.800,0	180.016,6	179.227,5	917.751,4
Ministério do Trabalho e Emprego	29.548,6	14.913,5	8.530,1	7.703,6	5.142,5	26.449,7	24.615,0	4.472,4	3.298,7	3.294,2	7.888,9
Ministério dos Transportes	6.332.540,3	2.971.384,8	975.634,7	722.797,2	727.142,1	4.911.586,4	3.330.299,0	2.438.922,2	526.243,7	418.731,4	1.964.889,8
Ministério das Comunicações	151.300,8	32.670,5	4.708,9	4.708,9	13.305,7	109.960,6	83.836,0	8.919,2	4.368,8	876,8	21.032,1
Ministério da Cultura	137.988,4	41.191,4	15.937,1	13.070,8	20.139,0	134.085,3	92.418,0	75.393,5	8.604,0	7.579,4	26.213,3
Ministério do Meio Ambiente	116.281,6	13.784,9	5.480,7	5.480,7	11.787,6	94.119,4	62.390,0	12.789,1	3.859,7	3.494,9	25.769,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	21.238,8	2.535,0	1.369,1	1.361,0	13.027,3	64.334,7	47.641,0	33.460,1	3.152,1	3.150,5	7.251,5
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.231.947,4	793.268,4	699.434,1	698.757,2	171.565,4	1.673.434,3	1.474.748,0	1.049.483,2	651.768,3	644.839,4	120.137,1
Ministério do Esporte	478.064,7	47.702,9	4.622,4	4.622,4	23.154,2	471.678,5	306.400,0	274.535,8	5.967,6	5.967,3	92.543,5
Ministério da Defesa	1.520.909,3	608.122,9	286.470,5	275.856,4	320.815,2	1.964.063,7	1.203.587,0	846.463,7	309.430,6	297.843,2	426.042,7
Ministério da Integração Nacional	2.294.896,7	534.703,6	164.365,3	90.947,2	193.006,4	1.813.485,6	782.648,0	584.785,3	126.902,6	76.914,7	496.599,2
Ministério do Turismo	658.307,8	98.905,7	1.541,8	1.541,8	52.084,2	884.929,1	408.783,0	376.015,1	2.439,5	2.439,5	117.528,1
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	171.360,0	63.602,4	23.782,9	23.773,2	21.561,3	212.510,4	115.123,0	100.687,0	42.695,0	42.676,8	21.689,8
Ministério das Cidades	2.340.610,8	398.532,8	97.353,5	82.600,3	312.492,5	2.288.351,3	1.080.208,0	845.481,5	29.672,3	29.492,3	464.731,4
TOTAL	21.919.678,4	7.009.891,1	2.776.555,8	2.370.887,6	3.071.210,6	22.243.055,8	14.602.962,0	9.044.361,0	2.273.804,2	2.006.888,1	5.954.568,9

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(3) Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

Setembro / 2006

Comentários

Em Setembro de 2006, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -7,1%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.341.738,0 (mil), em Setembro de 2006, contra R\$ 4.673.002,7 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2005			2006			Variação Nominal		
	Agosto	Setembro	Janeiro a Setembro	Agosto	Setembro	Janeiro a Setembro	Set / 2006	Set / 2006	Jan a Set / 2006
							Ago / 2006	Set / 2005	Jan a Set / 2005
FPM	2.007.032,0	1.676.496,1	19.104.722,6	2.390.043,9	2.220.616,0	21.998.016,5	-7,1 %	32,5 %	15,1 %
FPE	1.915.298,4	1.599.870,0	18.231.520,2	2.282.958,8	2.121.122,0	21.012.400,6	-7,1 %	32,6 %	15,3 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Setembro de 2006 foram efetuados nos dias 08, 20 e 29. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Setembro	-18,0 %	-7,1 %	-18,0 %	-7,1 %	6,0 %	28,8 %

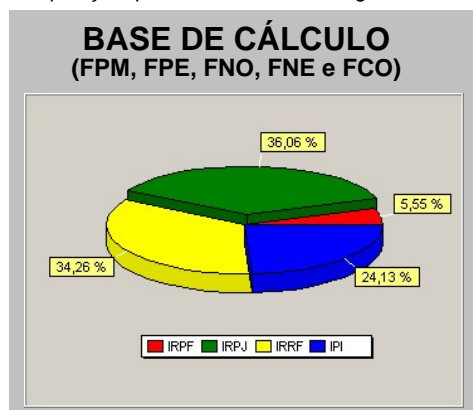
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	out/set	nov/out	dez/nov
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	-3,0 %	10,0 %	28,0 %
IPI-EXP	-14,0 %	-4,0 %	-2,0 %

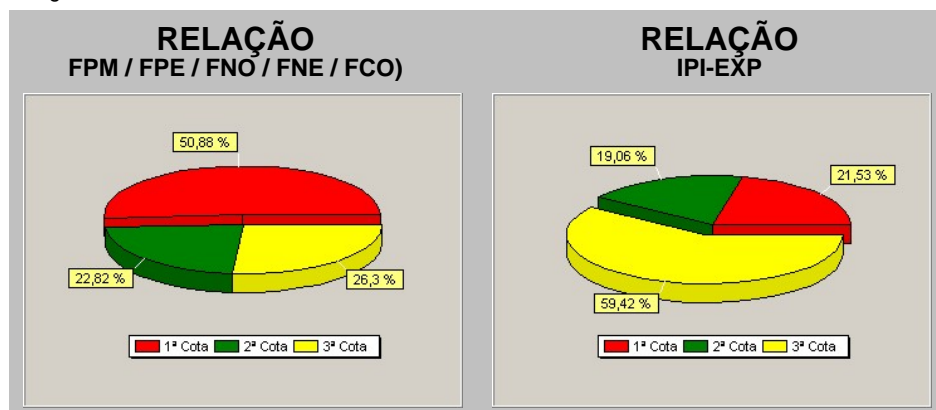
Composição dos Fundos

Em Setembro de 2006 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/08/2006 a 20/09/2006, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Ago/3º DEC	602.815,7	5.302.798	5.905.613,6	Set/1º DEC	1.079.250,9	1.129.448,6	51.239,3	398.812,7	2.658.751,6
Set/1º DEC	533.749,6	2.115.266	2.649.015,6	Set/2º DEC	484.107,6	506.624,2	45.368,7	182.841,3	1.218.941,8
Set/2º DEC	1.663.943,7	1.388.114	3.052.057,6	Set/3º DEC	557.763,5	583.706	141.435,2	226.395	1.509.299,7
TOTAL	2.800.509	8.806.177,9	11.606.686,9	TOTAL	2.121.122	2.219.778,9	238.043,3	808.049	5.386.993,1
Set/3º DEC	480.481,2	5.721.693,8	6.202.175	Out/1º DEC	1.133.447,5	1.186.166	40.840,9	416.550,8	2.777.005,1

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	12.354	72.564	21	15.011
Alagoas	AL	52.786	88.241	808	25.235
Amazonas	AM	31.192	59.188	6.953	17.422
Amapá	AP	8.518	72.373	18	14.377
Bahia	BA	198.280	199.305	14.894	73.696
Ceará	CE	116.057	155.625	2.460	48.775
Distrito Federal	DF	4.681	14.640	104	3.625
Espírito Santo	ES	39.596	31.817	9.971	15.401
Goiás	GO	80.418	60.306	2.083	25.526
Maranhão	MA	91.529	153.107	2.504	57.448
Minas Gerais	MG	291.945	94.485	26.522	76.019
Mato Grosso do Sul	MS	32.876	28.253	1.698	11.388
Mato Grosso	MT	41.125	48.953	2.199	16.757
Pará	PA	80.564	129.643	9.934	47.208
Paraíba	PB	71.712	101.578	816	30.795
Pernambuco	PE	108.178	146.362	1.828	45.603
Piauí	PI	57.481	91.662	105	26.411
Paraná	PR	151.174	61.156	26.020	44.519
Rio de Janeiro	RJ	65.210	32.404	27.567	23.520
Rio Grande do Norte	RN	55.120	88.618	1.191	25.664
Rondônia	RO	20.163	59.722	340	14.218
Roraima	RR	11.762	52.619	14	11.373
Rio Grande do Sul	RS	148.354	49.948	32.547	43.149
Santa Catarina	SC	86.207	27.146	19.635	24.344
Sergipe	SE	31.441	88.139	165	21.192
São Paulo	SP	297.908	21.211	47.609	71.330
Tocantins	TO	33.984	92.057	39	22.269
Total		2.220.616	2.121.122	238.043	852.279

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Dezembro	2005	25/01/2006
Janeiro	2006	23/02/2006
Fevereiro	2006	22/03/2006
Março	2006	19/04/2006
Abril	2006	22/05/2006
Maio	2006	23/06/2006
Junho	2006	17/07/2006
Julho	2006	25/07/2006
Agosto	2006	28/08/2006

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2005, a Portaria STN nº 888, de 26 de dezembro de 2005, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2006, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Setembro / 2006

Comportamento no Mês

Em Setembro de 2006, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.891.075,8 (mil), contra R\$ 2.973.459,7 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um decréscimo de -2,8% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de -7,1% do FPM.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Agosto	Participação	Setembro	Participação	Set / Ago
FPM	420.712	14,1 %	390.889	13,5 %	-7,1 %
FPE	402.875	13,5 %	374.316	12,9 %	-7,1 %
IPI-EXP	32.610	1,1 %	42.008	1,4 %	28,8 %
LC 87/96	24.345	0,8 %	24.345	0,8 %	0,0 %
COMPL. UNIÃO	20.722	0,7 %	20.722	0,7 %	0,0 %
ICMS	2.072.196	69,7 %	2.038.797	70,5 %	-1,6 %
TOTAL	2.973.459,7	100,0 %	2.891.075,8	100,0 %	-2,8 %

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:
 Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC
 Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
 CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
 E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

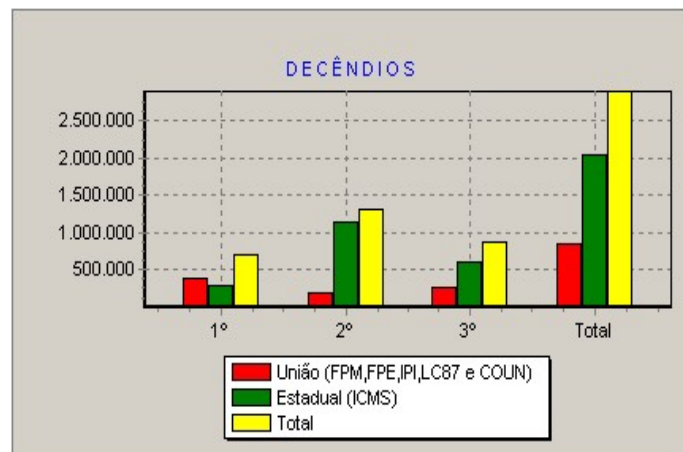
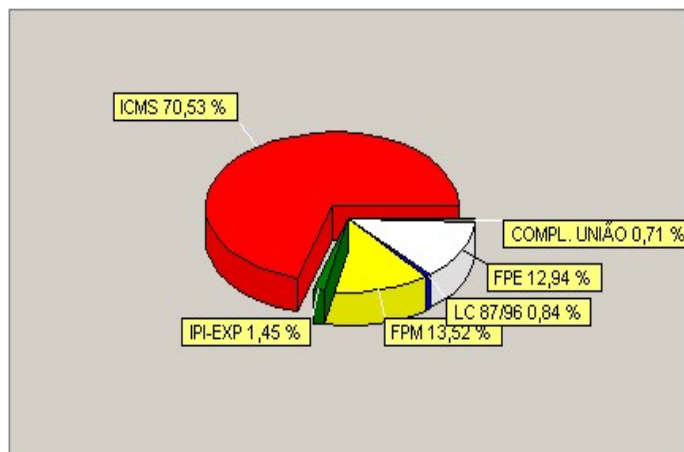
Portaria MF nº 40, de 03/03/2006, publicada no D.O.U. em 06/03/2006, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2006.

Estados	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Maranhão	26.852.430	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	26.637.435	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	41.579.340
Pará	14.592.180	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	15.105.330	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	23.155.080
TOTAL	41.444.610	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	41.742.765	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	64.734.420

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEF por Estado

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
		R\$ Mil								
Acre	146.626	12.805	2.180	4	0	22	4.371	19.383	132,2	1.280,3
Alagoas	674.321	15.572	9.315	143	0	205	8.704	33.939	50,3	556,6
Amapá	127.625	12.772	1.503	3	0	99	3.713	18.090	141,8	1.357,6
Amazonas	745.772	10.445	5.504	1.227	0	246	42.665	60.087	80,6	719,9
Bahia	2.782.645	35.171	34.991	2.628	0	906	97.145	170.841	61,4	546,7
Ceará	1.531.674	27.463	20.481	434	0	397	57.176	105.951	69,2	561,8
Distrito Federal	300.965	2.584	826	18	0	197	0	3.625	12,0	118,9
Espírito Santo	497.527	5.615	6.987	1.760	0	1.039	52.345	67.746	136,2	1.214,8
Goiás	888.973	10.642	14.191	368	0	325	60.374	85.901	96,6	829,2
Maranhão	1.447.560	27.019	16.152	442	13.426	409	23.519	80.968	55,9	527,0
Mato Grosso	565.348	8.639	7.257	388	0	473	40.854	57.611	101,9	890,8
Mato Grosso do Sul	396.990	4.986	5.802	300	0	301	35.970	47.359	119,3	1.059,6
Minas Gerais	3.176.706	16.674	51.520	4.680	0	3.145	205.035	281.055	88,5	816,7
Paraíba	745.405	17.926	12.655	144	0	70	20.241	51.036	68,5	636,9
Paraná	1.527.232	10.792	26.678	4.592	0	2.458	116.674	161.194	105,6	963,8
Pará	1.533.369	22.878	14.217	1.753	7.296	1.064	28.670	75.878	49,5	526,5
Pernambuco	1.493.544	25.829	19.090	323	0	362	59.537	105.141	70,4	655,9
Piauí	639.212	16.176	10.144	18	0	74	14.566	40.977	64,1	589,3
Rio Grande do Norte	522.335	15.639	9.727	210	0	88	26.541	52.205	99,9	903,5
Rio Grande do Sul	1.503.203	8.814	26.143	5.744	0	2.448	151.447	194.596	129,4	1.135,4
Rio de Janeiro	2.005.935	5.718	11.508	4.865	0	1.430	182.427	205.947	102,7	887,5
Rondônia	295.378	10.539	3.558	60	0	61	17.868	32.086	108,6	950,4
Roraima	79.194	9.286	2.076	2	0	9	2.797	14.170	178,9	1.703,3
Santa Catarina	868.134	4.790	15.213	3.465	0	875	75.247	99.590	114,7	1.054,6
Sergipe	368.317	15.554	5.548	29	0	61	12.191	33.384	90,6	896,0
São Paulo	5.094.240	3.743	51.625	8.402	0	7.561	689.434	760.764	149,3	1.324,0
Tocantins	260.218	16.245	5.997	7	0	19	9.286	31.554	121,3	1.129,5
Total	30.218.448	374.315	390.888	42.007	20.722	24.345	2.038.797	2.891.074	95,7	863,2

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 18, de 04/01/2006. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.